



Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Departamento de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

PÓS-ABRIGAMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UMA
COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA

Kadidja Suelen de Lucena Santos

NATAL

2018



Kadidja Suelen de Lucena Santos

PÓS-ABRIGAMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UMA
COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA

Dissertação elaborada sob a orientação da Prof.^a Dr.^a.
Elza Dutra e apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, como requisito parcial para obtenção do título
de mestre em psicologia.

NATAL

2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Santos, Kadidja Suelen de Lucena.

Pós-abrigamento de mulheres em situação de violência: uma compreensão fenomenológica / Kadidja Suelen de Lucena Santos. - 2018.

116f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Natal, RN, 2018.

Orientador: Prof.^a Dr.^a. Elza Dutra.

Coorientador: Ana Karina Silva Azevedo.

1. Violência contra a mulher. 2. Pós-abrigamento. 3. Fenomenologia Hedeggeriana. I. Dutra, Elza. II. Azevedo, Ana Karina Silva. III. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 159.9:343.62-055.2

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A dissertação “PÓS-ABRIGAMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UMA COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA”, elaborada por “Kadidja Suelen de Lucena Santos”, foi considerada aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRA EM PSICOLOGIA.

Natal, RN, 10 de agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Elza Maria do Socorro Dutra (Orientadora)

Professora Dra. Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira (UFRN)

Professora Dra. Ana Maria Monte Coelho Frota (UFC)

Ao meu filho Bernardo,

Que nasceu e cresceu junto com este trabalho.

Agradecimentos

Diante das previsibilidades metodológicas dos calendários de pesquisa, precisei lidar, ainda no início do mestrado, com os atravessamentos da vida, exigindo de mim abertura para o imprevisível e desprendimento das velhas formas de pensar e existir. Iniciei ao mesmo tempo dois grandes projetos, o da vida acadêmica e o da vida materna e de tão próximos que se deram, não poderia falar de um sem retomar o outro.

Começo agradecendo minha família de origem, em especial, aos meus pais que sempre acreditaram na importância dos estudos e plantaram em mim o desejo de aprender cada vez mais. Sem o apoio de vocês jamais teria chegado aqui. Agora que partilho das pelejas do mundo materno, não poderia deixar de reverenciar o esforço da minha mãe que, como pedagoga trabalhou a vida toda no contexto escolar, e dessa forma, me mostrou com sua paixão pelo trabalho e com sua própria vida o poder transformador da educação na vida das mulheres.

A Dudu, meu amor, companheiro de todas as horas que, durante esse período, iniciou junto comigo a nossa própria família e me apoiou incondicionalmente no meu mestrado. Além de marido amoroso é o painho de Bernardo, nossa maior alegria. Sua força e serenidade tornaram esse caminho mais suave para mim.

À minha orientadora Elza Dutra, que apostou no meu trabalho e que é uma inspiração para mim desde a graduação. Durante todo esse tempo, acolheu os meus anseios acadêmicos, da vida e da maternidade, que atravessaram essa pesquisa do começo ao fim. Foi uma verdadeira mãe acadêmica, jamais esquecerei o carinho e o apoio que recebi até aqui.

À minha co-orientadora, Ana Karina, um grande presente que eu ganhei neste período, me pegou pela mão e me recebeu como sua estagiária na docência assistida, me iniciando nas dores e delícias de ser professor e me fazendo admirar ainda mais o trabalho dos meus

mestres. A vida tem sua sabedoria, e nos seus misteriosos caminhos, encontrei duas mulheres-mães fortes e sensíveis para me orientarem na pesquisa e na vida.

Aos colegas do GESDH que, por estarem sempre presentes e compartilharem comigo tantas lembranças e afetos, lembram uma família, em especial aos, por assim dizer, “irmãos mais velhos”, que através dos seus trabalhos e orientações contribuíram enormemente com a minha dissertação: Melina, Ana Andrea, Cíntia, Danielle, Lucila, Emanuel, Maíra, Zara, minha “irmã-gêmea” Malu e a “caçulinha” Gabi. Nesse espaço também recebi colaboração daquelas que ainda iniciam sua vida acadêmica, Amanda e Bianca, muito obrigada pelas contribuições.

A todos do PPGPSI e do Departamento de Psicologia da UFRN, que desde 2010 representam para mim mais do que um espaço de estudos, é um lugar onde pude verdadeiramente habitar. A UFRN foi, nesse período, uma segunda casa para mim. Cada lugar ali me remete aos bons encontros, com professores, funcionários e com colegas de profissão competentes, que tornaram as aulas e trabalhos acadêmicos mais divertidos e leves.

Quero agradecer também às minhas amigas e colegas de profissão Michele e Hedyanne, agora já mestres, e que além do apoio técnico em relação ao meu trabalho, foram aquele ombro amigo nos momentos de cansaço.

Aos funcionários da SEMUL e do Centro de Referência Elizabeth Nasser que me receberam de braços abertos, em especial aos estagiários de psicologia do Grupo As Margaridas, Vitor, Letícia e Jéssica.

A Aurelina, que não participou diretamente deste trabalho, mas, mesmo sem saber, despertou em mim, o sonho de entrar na vida acadêmica quando eu ainda era caloura no curso de psicologia. Ter me recebido como bolsista de iniciação científica durante o seu mestrado foi o primeiro passo que me trouxe aqui hoje.

Sumário

Resumo	ix
Abstract.....	x
Introdução, justificativa e objetivo	11
Capítulo 1 - A mulher idealizada: <i>ser-mulher</i> no horizonte histórico	22
1.1 - Cristalizações da identidade feminina ao longo da história	24
1.2 - Ser-mulher na contemporaneidade: novos velhos desafios	30
Capítulo 2 - Assistência às mulheres em situação de violência	39
2.1 - Casa-Abrigo Clara Camarão e Centro de Referência Elizabeth Nasser	44
2.2 – A política de abrigamento de mulheres em situação de violência uma aproximação fenomenológica	49
Capítulo 3 - Aspectos Metodológicos	56
3.1 - Círculo Hermenêutico de Heidegger.....	59
3.2 - Estratégias Operacionais da Pesquisa	62
- Participantes da pesquisa	62
- Caracterização do local da pesquisa	63
- Entrevista-narrativa e diário de campo	65
- Análise dos dados	67
Capítulo 4 - Construindo um solário para a experiência de mulheres em pós-abrigamento	68
4.1 - Nísia.....	70
4.2 - Débora.....	71
4.3 - A mulher idealizada: do impessoal à solidão.....	72
4.4 - Casa-Abrigo: gaiola ou solário?.....	82
4.5 - Pós-abrigamento e o Cuidado heideggeriano.....	85
Capítulo 5 - Considerações finais.....	95
Referências.....	99
Apêndice.....	113

Resumo

O momento de pós-abrigamento, na cidade de Natal, se inicia quando as mulheres saem da Casa-Abrigo Clara Camarão. Este local é responsável por acolher, por tempo limitado, e de maneira sigilosa, mulheres em situação de violência e com risco iminente de morte. Atualmente, a maior parte dos agressores são pessoas próximas a elas e que praticam a violência dentro das suas próprias casas. O pós-abrigamento se refere ao retorno das mulheres aos seus contextos de origem. Partindo deste recorte, este trabalho buscou compreender, a partir da fenomenologia-existencial heideggeriana, a experiência de mulheres que sofreram violência doméstica e estão em situação de pós-abrigamento na cidade de Natal-RN. Foram realizadas duas entrevistas-narrativas com mulheres no período de pós-abrigamento, as quais foram transcritas e interpretadas a partir da fenomenologia heideggeriana. Heidegger entende homem e mundo como cooriginários, para ele estamos sempre em relação com os outros, pois somos ontologicamente *ser-com*, portanto ao olharmos para a construção do ideal de mulher das participantes desta pesquisa nos aproximamos de um contexto que exige dela uma adequação a um modelo idealizado de comportamento de esposa e mãe sempre submissa, inclusive em uma relação violenta. Esse controle do outro sob a vida das mulheres aparece dentro dos relacionamentos abusivos, mas também, dentro da assistência recebida pela mulher no período de abrigo e continua no pós-abrigamento. A assistência recebida por essas mulheres está em consonância com o que Heidegger chama de Era da Técnica, na qual o homem se relaciona com o seu meio e os outros como reserva de recursos a ser explorado. Ao se depararem com uma assistência que ainda apresenta falhas ao tentar lhes garantir segurança e com a pressão do seu meio para que correspondam ao ideal de mulher, as participantes desta pesquisa relataram continuar se sentindo desalojados no período de pós-abrigamento.

Palavras-chave: Pós-abrigamento; Violência contra a mulher; Casa-Abrigo, Fenomenologia Heideggeriana; Pesquisa fenomenológica.

Abstract

The post-sheltering moment, in the city of Natal, begins when women leave Casa-Abrigo Clara Camarão. This place is responsible for hosting, for a limited time and in a confidential way, women in violence situations and imminent death risk. Actually, most of aggressors are people close to them, who practice violence inside their own homes. Post-sheltering is related to women returning to their origin contexts. Assuming this background, this research sought to understand, from a Heideggerian existential phenomenology, the experience of women who suffered domestic violence and find themselves in a post-sheltering situation in Natal, Rio Grande do Norte. Two narrative-interviews were conducted on women in the post-sheltering period. Both were transcribed and interpreted from a Heideggerian phenomenological approach. Heidegger understands man and world as correlated subjects, for him we are always in relation with others, since we are ontologically being-with, therefore when looking at the construction of women's ideal of this research participants we approach a context that requires an adaptation to an idealized model of a wife that is always behave compliantly even in a violent relationship. This control practiced by other, under women's life appears within the abusive relationships but also within the assistance received by women during sheltering period and continues in the post-sheltering. The support received by these women is pursuant with what Heidegger calls the Age of Technique, in which man relates to his environment and others as a reservoir of resources to be exploited. When faced with assistance that still fails to provide them security and suffering pressure native from the environment to match the ideal established for women, this research participants reported a continued homeless feeling after post-sheltering period.

Keywords: Post-sheltering; Violence against women; Casa-Abrigo, Heideggerian phenomenology; Phenomenological research.

Introdução, justificativa e objetivo

A violência, seja qual for a maneira como
ela se manifesta, é sempre uma derrota.

Jean-Paul Sartre

Pensar a experiência de mulheres que sofreram violência e passaram pelo abrigamento, além de ser meu objeto de estudo, é uma possibilidade de pensar também a minha própria condição no mundo. Realizar uma pesquisa com esta temática pôs em destaque questionamentos sobre a condição de ser mulher, na qual eu me incluo junto com mais da metade da população mundial, que sente frequentemente as consequências diretas e indiretas de estar vivendo em situações que inferiorizam, submetem e discriminam a condição feminina em grande parte das áreas da convivência humana.

Como pesquisadora, o interesse por essa temática se concretizou realizando pesquisa documental no Centro de Referência Elizabeth Nasser (CREN), onde tive contato com os relatos das mulheres que passaram pela experiência de violência doméstica e dos profissionais que trabalham com esta demanda. Foi a partir do meu estágio em psicologia no CREN que conheci a política de abrigamento, por meio dos encaminhamentos feitos para a Casa-Abrigo Clara Camarão, e pude pensar a questão da violência contra a mulher a partir de uma perspectiva fenomenológica heideggeriana, a qual orienta o presente trabalho.

Heidegger construiu uma fenomenologia da existência, na qual compreende o homem como *Dasein*, ou seja, *ser-no-mundo*, isto é, pensa o existir situado num época histórica (Evangelista, 2016). Portanto, pensar a violência doméstica contra a mulher e sua proteção nos locais de assistência, é se debruçar sobre as configurações históricas e temporais que atravessam esses temas.

A política de abrigamento foi conquistada a partir da luta das mulheres por melhorias de vida e iguais condições de desenvolvimento que vem sendo construída, ao longo dos anos, no Brasil. A criação de equipamentos como a Casa-Abrigo é uma tentativa de lidar com essas condições de desigualdade entre homens e mulheres, uma vez que as mulheres são atingidas pela violência de maneira diferenciada dos homens.

Enquanto os homens tendem a sofrer uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares. Em mais de 80% dos casos a violência é praticada por homens com quem as mulheres têm ou tiveram algum vínculo afetivo: atuais ou ex-companheiros, cônjuges, namorados ou amantes das vítimas (Secretária de Política para as Mulheres, 2015a; Secretária de Política para as Mulheres, 2011a).

Os serviços de proteção, como a Casa-Abrigo, são avanços importantes para as mulheres em situação de violência e se tornaram essenciais para dar suporte nos momentos mais críticos e de intensa vulnerabilidade. Esses locais são pensados como medidas provisórias, de caráter sigiloso, tendo como objetivo garantir a vida daquelas que estão sob ameaça e dos seus dependentes.

As mulheres que foram abrigadas e têm reestabelecidas as condições necessárias para sair da Casa-Abrigo, passam a ser acompanhadas pelo Centro de Referência mais próximo a suas residências. É sobre esse momento após a saída da Casa-Abrigo que minha pesquisa se debruçou, tendo como objetivo geral compreender a experiência das mulheres que sofreram violência doméstica e estão em situação de pós-abrigamento na cidade de Natal-RN, a partir da fenomenologia heideggeriana. Como objetivo específico buscamos compreender a experiência das mulheres que sofreram violência e passaram pela Casa Clara Camarão, como também desvelar quem são essas mulheres, suas histórias de vida e o que pensam sobre a condição em que vivem.

No Brasil, a violência doméstica contra a mulher é considerada “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial” (Lei n. 11.340/2006). Esta mesma lei especifica que ela ocorre no ambiente doméstico entre pessoas com ou sem vínculo familiar ou ainda nas relações íntimas de afeto, independente de coabitação de parceiros.

Outros termos são frequentemente usados como sinônimos da violência doméstica contra a mulher, como violência familiar e violência de gênero (Saffioti, 1999). Mas, para este trabalho, iremos utilizar violência doméstica contra a mulher, assim como foi definida na Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006).

Para esclarecer essa posição, iremos utilizar a discussão feita por Saffioti (1999) objetivando diferenciar estes termos. Inicialmente, ele define o termo gênero como a construção social do masculino e do feminino, saindo do determinismo biológico para falar sobre as condições do ser homem e mulher. Para esta autora, o conceito de gênero, apesar da sua contribuição, não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres, pois ele estaria carregado de suposta neutralidade, na medida em que não incluem as desigualdades de poder entre os dois, ao contrário de outras discussões como a do patriarcado, por exemplo, que marca a presença masculina numa posição de poder.

Ao utilizar o termo violência familiar, Saffioti (1999) nos diz que este termo também pode trazer confusão, visto que esta pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele. Um avô ou um tio, cujo domicílio é separado daquele que sofre a agressão, pode cometer violência, em nome dos valores da família, contra este parente.

Para esta mesma autora, a violência doméstica também apresenta pontos de sobreposição com a familiar, podendo também atingir pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregados e empregadas(os) domésticas(os), por exemplo. Só que o âmbito doméstico não diz de um

espaço geográfico, mas também simbólico, significando que qualquer pessoa que conviva naquele espaço é propriedade de quem o está chefiando e que pode sofrer violência em qualquer lugar, essa autora exemplifica que os empregados de uma determinada família podem sofrer violência na parada de ônibus ou na rua, por exemplo (Saffioti, 1999).

Feita esta diferenciação, utilizaremos, no nosso trabalho, o termo violência doméstica contra a mulher, assim como já definido anteriormente. Ao assumirmos o uso desse termo, estamos indicando que existe uma posição desigual de poder nas relações de convivência entre as mulheres e os homens e esta diferença cria um espaço propício às situações de violência, geográfica e simbolicamente.

A discussão sobre esta temática acontece não só no Brasil, mas no mundo todo. A violência contra as mulheres é considerada, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como um problema de saúde pública no mundo. Seu combate foi considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ao lado de questões como acabar com a fome, a miséria e a redução da mortalidade infantil (Organização Mundial de Saúde, 2013).

Porém, mesmo com o esforço no combate a essa violência, a quantidade de mulheres expostas à violência é alarmante. Segundo a OMS, um terço das mulheres do mundo sofre violência física ou sexual no mundo e esses números podem ser ainda maiores, pois, assim como o Brasil, outros países compartilham as limitações quanto à informação pública, acessível e confiável sobre o tema (Waiselfisz, 2015; Organização Mundial de Saúde, 2013).

Mesmo com limitações em relação a informação confiável, os dados já são alarmantes. No ano de 2013, o Brasil apresentou uma taxa de 4,8 homicídios femininos a cada 100 mil mulheres, o que nos coloca na 5ª posição internacional no ranking da violência contra a mulher. Este também possui o maior número de casos de casamento precoce da América Latina e o quarto no mundo. Verifica-se que 36% da população feminina, no Brasil, se casa

antes dos 18 anos, idade legal para a união matrimonial. Esse dado preocupa, porque as meninas que se casam antes dos 18 anos têm mais chances de se tornarem vítimas de violência doméstica e estupro marital (Sakhonchik, Recavarren & Tavares, 2017; Waiselfisz, 2015).

O mais agravante é que os já altos números de violência contra a mulher não param de crescer. Estatísticas nacionais vêm, ano após ano, quebrando suas próprias marcas. No primeiro semestre de 2015, a Central de Atendimento à Mulher, através do número 180, serviço de telefonia que recebe denúncias de violência, teve o dobro do número de atendimentos diários, em relação ao mesmo período do ano anterior, registrando 2.025 atendimentos por dia (Secretária de Política para as Mulheres, 2015a).

Os meios de comunicação retratam diariamente notícias de violência protagonizadas por mulheres e seus companheiros. O G1, portal de notícias virtual de amplo alcance nacional, divulgou no ano de 2016, que reuniu mais de quatro mil notícias de violência contra a mulher em dez anos. Apesar de ganharem bastante destaque logo após o ocorrido, essas notícias são rapidamente esquecidas e, na maior parte delas, não há informação sobre o que aconteceu com a vítima após a agressão – quando ela sobrevive – ou se o agressor foi punido.

Vemos que é um problema presente em diversos locais, mas a distribuição dessas mortes ocorre de maneira desigual no nosso país. Em termos regionais, vemos que o Nordeste se destaca pelo elevado crescimento das taxas de homicídio de mulheres. Nos últimos 10 anos, o crescimento das taxas nessa região foi de 79,3%. O Norte do país ocupa a segunda posição, apresentando crescimento de 53,7%. O Sul e Centro-Oeste evidenciam baixo crescimento e na região Sudeste as taxas caem, significativamente, pela metade (Waiselfisz, 2015).

Trazendo esse fenômeno para uma realidade mais próxima, tivemos no Rio Grande do Norte, o crescimento de 333% da taxa de homicídio para cada 100 mil habitantes entre os

anos de 2004 e 2014 (Waiselfisz, 2015). Em 2015, de 1º de janeiro a 17 de novembro, ocorreram 99 casos de feminicídios no RN. No ano seguinte, foram registrados, no mesmo período, 94 casos e em 2017 foram registrados, 140 casos, sendo a grande maioria na região da Grande Natal. A capital do estado do Rio Grande do Norte ocupa o 3º lugar entre as capitais que mais apresentaram denúncia no disque 180, com uma taxa de 111,43 relatos por 100 mil mulheres, estando atrás apenas de Campo Grande (227,53) e Rio de Janeiro (119,09) (Secretária de Política para as Mulheres, 2015b; OBVIO, 2017).

Portanto, após mais de 10 anos da criação da Lei Maria da Penha e de outras conquistas nacionais e internacionais, vemos que a violência doméstica contra a mulher registra novos recordes a cada ano, especialmente no nosso estado. E mesmo quando as mulheres que estão ameaçadas de morte acionam a rede de apoio e proteção para o enfrentamento da violência, esta se dá de forma temporária e com limitações, já que o abrigo só pode ser mantido por no máximo três meses e, na maioria das vezes, este serviço de proteção só permanece até a expedição da medida protetiva que determina a distância (em metros) mínima de aproximação entre as partes envolvidas.

Ao me aproximar dos estudos relacionados ao abrigo outras questões apareceram, como a recusa das mulheres em aceitarem esse recurso, mesmo estando em situação de vulnerabilidade; o sentimento de aprisionamento; e o distanciamento do trabalho, da família, da comunidade e de outros espaços que antes frequentavam. Além disso, existe a convivência de famílias que não se conheciam e não optaram por morar juntas, bem como equipamentos e profissionais mal preparados para lidar com essas especificidades (Albuquerque, 2011; Amorim & Barros, 2014; Hanada, 2007).

Para além das dificuldades encontradas ainda durante o abrigo, chamo atenção aqui para o período do pós-abrigo. É nesse momento que a mulher volta para configurações contextuais que continuam a inferiorizar, submeter e discriminar a condição

feminina em grande parte das áreas da convivência humana, pois aos olhos desta política, já foram reestabelecidas as condições de segurança para isso. Porém, o que acontece na maioria das vezes é que a assistência recebida por essas mulheres se resume ao registro de um boletim de ocorrência e a emissão de uma medida de proteção, sem que, para além desses papéis, existam ações que ofereçam mais efetividade à sua proteção e condições para que saiam da situação de violência (Pasinato, 2010).

Diante desse contexto, comecei a me questionar sobre a experiência dessas mulheres para além dos números estatísticos já explicitados. Questionava-me, desde a época de estágio, sobre o que acontece após a mulher acionar a rede de proteção e denunciar o seu agressor. Como é sair da condição de abrigo? Quais são as implicações existenciais para as mulheres que passaram por essas experiências, agora que estão no momento de pós-abrigo?

Ao tentar responder estes questionamentos, encontramos inexpressivos resultados, especificamente, no que diz respeito ao período de pós-abrigo. Não foi possível saber sobre esse momento, nem através das normas técnicas e manuais de orientação dos serviços responsáveis.

Os dois mais importantes documentos que se propõem a organizar a assistência durante o período de pós-abrigo são as *Diretrizes Nacionais para o Abrigo de Mulheres em Situação de Risco e Violência* (Secretaria de Política para as Mulheres, 2011b), que orientam em poucas linhas que “a mulher que esteja em processo de desabrigo deverá ser acompanhada pelo Centro de Referência mais próximo de sua residência.” (p. 34). O segundo se refere à *Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à mulher em Situação de Violência* (Secretaria de Política para as Mulheres, 2006), o qual descreve a organização e funcionamento das atividades do Centro de forma

geral. Este não se detém, especificamente, à assistência às mulheres que passaram pelo abrigo, já que esta é uma dentre várias atividades que ele desempenha.

O momento de pós-abrigo é crucial na continuidade da proteção a estas mulheres. Uma pesquisa feita pelo Ministério Público de São Paulo (2018) apontou que, nos feminicídios íntimos, no qual o agressor é o parceiro amoroso, o momento do rompimento é o principal motivo das mortes, seguindo-se os crimes praticados por atos de ciúmes/posse e discussões banais. Ser abrigada é a forma que algumas mulheres encontram para romper com o agressor de forma protegida, mas, essa proteção muitas vezes não recebe continuidade no pós-abrigo, o que deixa as mulheres novamente expostas a situações de violência.

A intenção deste trabalho não é desmerecer as políticas de proteção às mulheres, mas colocar em destaque uma política que é recente, inclusive dentro do estado, com poucos locais de atendimento a tal demanda. No Rio Grande do Norte, por exemplo, mesmo com o crescente número de violência, existe apenas uma Casa-Abrigo e um Centro de Referência de Atendimento à mulher em Situação de Violência, que se concentram na capital estado.

Na tentativa de trazer da sombra a temática estudada, fomos à procura da origem etimológica da palavra abrigar e descobrimos que esta vem do latim *apricus* que se traduz como “lugar exposto ao sol, solário” (Bueno, 1963-1968, p. 21). Esse significado pode causar inicialmente um estranhamento, já que ao pensarmos em abrigo usualmente nos remetemos a um lugar para nos proteger de qualquer intempérie, faça sol ou chuva e não para nos expor, mas o solário é uma referência de abrigo interessante a ser pensada para as mulheres em situação de violência.

Um solário é um espaço reservado para os banhos de sol com fins terapêuticos ou estéticos, podendo ser totalmente aberto, ou construído todo de vidro como um jardim de inverno para as regiões mais frias. Ao pensarmos o abrigar retomando o seu significado mais originário, como solário, refletimos que é possível “acolher, agasalhar e resguardar” (Bueno,

1963-1968, p. 21), mas sem aprisionar ou isolar do mundo aquele que busca abrigo, sem lhe retirar do seu lugar ao sol, sem ocultá-lo da luz.

O que vemos no abrigamento das mulheres com risco iminente de morte é que para protegê-la é preciso apartá-la da sua casa, trabalho, família e de toda sua vida, de forma geral. É oferecida então uma casa, com um endereço desconhecido, com pessoas também desconhecidas, na qual ela deve permanecer sem contato com o mundo exterior por até três meses, mas sem saber previamente quando poderá sair do abrigamento. Diante destas condições de restrições, as mulheres muitas vezes recusam esta possibilidade de proteção, pois, a Casa-Abrigo não possibilita a elas um habitar.

O habitar que nos referimos aqui está de acordo com o pensamento de Heidegger no seu texto *Construir, habitar e pensar* (1954/2002), nele encontramos a ideia de que para habitar é preciso mais do que uma construção:

Uma ponte, um hangar, um estágio, uma usina elétrica são construções e não habitações: a estação ferroviária, a auto-estrada, a represa, o mercado são construções e não habitações. Na auto-estrada, o motorista de caminhão está em casa, embora ali não seja a sua residência; na tecelagem, a tecelã está em casa, mesmo não sendo ali a sua habitação. Nelas, o homem de certo modo habita e não habita, se por habitar entende-se simplesmente possuir uma residência (p.125).

O que Heidegger nos traz como reflexão é que nem toda construção é habitação e que o habitar não depende de uma construção, seja uma casa, um prédio, ou qualquer outro exemplo. Para ele, só podemos habitar os lugares onde a vida acontece. O habitar não se refere simplesmente ao fato de se possuir uma residência, mas se traduz no modo como o homem, ao se relacionar com as suas possibilidades de *ser-no-mundo*, constrói o mundo que o circunda. Sendo assim, teríamos que só é possível habitar aquilo que se constrói (Jesus & Ribeiro, 2007).

Partindo dessa reflexão, essa forma de proteger as mulheres permite que elas possam habitar os locais onde buscam se proteger da violência? Se ao entrarem nos programas de proteção como a Casa-Abrigo às mulheres estão abrigadas, quando elas saem, como elas estão? Quais as repercussões desses eventos nas suas existências?

Para continuar pondo em andamento estas interrogações, iremos nos debruçar sobre a experiência das mulheres no período pós-abrigamento, a partir da fenomenologia heideggeriana. Considerando que tal fenômeno está inscrito e relacionado ao mundo no qual se revela, nos sentidos de ser mulher e *ser-com*, ou seja, o *ser-no-mundo* não é encerrado em si mesmo numa interioridade psíquica, pois ele está sempre num contexto relacional. Existencialmente o *ser-no-mundo* é sempre com outros, mesmo quando se isola, essa é sua condição ontológica (Evangelista, 2016).

O que predomina atualmente no nosso horizonte histórico e que baliza a maioria das relações do *Dasein* é o que Heidegger (1959/2007) vai chamar como Era da Técnica, na qual as determinações sedimentadas dizem respeito à ênfase na produção, consumação, objetivação, resultados e métodos. Com isso, os homens e as mulheres se constituem e se relacionam da mesma forma, objetivando o outro, tratando-o como propriedade, algo para ser usado, consumido. As mulheres, pela sua construção histórica como inferior, sentem mais intensamente as repercussões desta tecnificação e objetivação de si pelo outro. Por causa disso, traremos no primeiro capítulo deste trabalho, um percurso histórico sobre ser-mulher que nos ajudará a compreender e discutir a questão da violência da mulher a partir do pensamento Heideggeriano e das noções de historicidade, facticidade e ser-no-mundo.

E esta forma de entender o ser e as suas relações a partir da noção Heideggeriana de Era da Técnica vai se apresentar também na política de assistências as mulheres em situação de violência como veremos no segundo capítulo. Nesse momento será apresentada a

estruturação dos serviços de assistência às mulheres em situação de violência com foco na Casa-Abrigo e no Centro de Referência Especializado.

No capítulo 3 abordaremos a pesquisa fenomenológica fundamentada na ontologia heideggeriana trazendo as principais discussões desse autor para o desenvolvimento desta pesquisa. Nesse capítulo também apresentamos a construção dos nossos procedimentos metodológicos.

No quarto capítulo apresentamos a experiências das participantes da pesquisa, que diz respeito a duas mulheres que passaram pelo abrigamento na Casa-Abrigo após situação de violência doméstica contra a mulher. A partir do encontro com essas mulheres e das reflexões com a fenomenologia de Heidegger e da literatura sobre o tema pudemos desvelar sentidos e construir uma discussão sobre essa temática. Por último, trazemos as nossas considerações finais no quinto capítulo deste trabalho, nesse espaço foi possível pensar em caminho e delinear sentidos desvelados no estudo.

Capítulo 1 - A mulher idealizada: *ser-mulher* no horizonte histórico

Uma mulher tem que ter alguma coisa além da beleza
Qualquer coisa feliz
Qualquer coisa que ri
Qualquer coisa que sente saudade

Um pedaço de amor derramado
Uma beleza
Que vem da tristeza
Que faz um homem que como eu sonhar

Tem que saber amar
Saber sofrer pelo seu amor
E ser só perdão

Soneto da mulher ideal
Vinicius de morais

Caso nos perguntássemos aqui o que é ser mulher, uma dissertação não daria conta de descrever a infinidade de experiências singulares e partilhadas que caberiam como resposta. Mas se, assim como Vinicius de Moraes, nos ocupássemos a pensar na mulher ideal, aí sim, conseguiríamos responder, pois, este conceito idealizado diz respeito a comportamentos e características específicas, que são valorizados numa determinada época e lugar. A mulher ideal está encapsulada, com opções existenciais restritas. Por isso, podemos descrevê-la de forma limitada.

Na tentativa de melhor compreender a cristalização dessa idealização do feminino, iremos passear brevemente por alguns eventos históricos que delinearam a construção dos conceitos referentes a ser mulher (ideal). Portanto, vamos nos debruçar sobre os comportamentos esperados ao longo de cada época e quais os desdobramentos para as mulheres que, de alguma maneira, se opõe e transgridam o que é colocado como norma. Antes de iniciarmos esse percurso histórico, cabe aqui uma reflexão: trabalhar os conceitos de patriarcado e da cristalização da identidade feminina e masculina partindo de uma inspiração

fenomenológica não seria uma contradição, já que esta compreende o ser como abertura de possibilidades e sem predeterminações?

Para a fenomenologia heideggeriana, não há essência ou natureza humana, quando um bebê nasce, ele não está determinado por absolutamente nada. Embora ao empreendermos o homem como este ente que se constitui no e pelo mundo que é o seu, temos que pensar acerca das determinações desse mundo, ou seja, de que ao nascer o homem já se encontra em uma compreensão prévia, impessoalmente determinada (Feijoo, 2015).

O *Dasein* está sempre lançado no mundo a partir do momento em que ele existe, isto significa que o *Dasein* se encontra em determinado corpo e envolvido por certas condições históricas e temporais, as quais ele não pode escolher ao nascer. Heidegger vai denominar isso de “facticidade”. Ao contrário de Husserl, que pretendia partir do cogito puro de um eu transcendental, Heidegger procurava desenvolver uma “hermenêutica da facticidade”, onde a própria existência concreta seria a base para qualquer investigação fenomenológica (Azevedo 2013; Missagia 2012).

Partindo disso, entendemos que as experiências e histórias das mulheres aqui contadas são os desdobramentos de um entrelaçado das suas singularidades e das condições concretas em que vivem, ou seja, o seu mundo. Ao falar sobre essa circularidade que preserva a relação entre o universal e o singular, na hermenêutica heideggeriana, Feijoo (2015) nos diz:

O singular diz respeito a que o *Dasein* é sempre meu e que a compreensão é um existencial que se expressa sempre singularmente. Mas a indeterminação originária do *Dasein* torna necessário que ele se constitua pelos sentidos que se articulam no mundo que é seu. As orientações do mundo, ou seja, o acontecimento – apropriativo constitui-se no caráter universal que sustenta as possibilidades singulares de ser (p. 19).

Portanto, ao nos debruçarmos sobre a experiência das mulheres que sofreram violência, iremos retomar brevemente as condições históricas que influenciaram e moldaram

os contextos atuais em que as mulheres que participaram desta pesquisa vivem e constituem a sua existência singularmente.

1.1 - Cristalizações da identidade feminina ao longo da história

Em um momento em que a violência assume uma dimensão extrema, especialmente, no estado potiguar, com número recordes de homicídios, assaltos, crises no sistema prisional e de segurança pública de forma geral¹, a violência contra a mulher não pode ser entendida apenas como mais uma forma de violência no meio do caos. Ao falamos de violência aqui, não nos referimos somente aos espancamentos, estupros e mortes, formas de violência mais conhecidas e notificadas. Tratamos também, da violência simbólica, que acontece de forma sistemática e que mascara fortes desigualdades entre os gêneros, vulnerabilizando ainda mais as mulheres.

Essa violência simbólica se mostra através da dificuldade de acesso à educação e aos direitos políticos, da desvalorização do trabalho feminino, das restrições ao exercício da sexualidade e autonomia sobre seu próprio corpo. Condições estas que impedem o desenvolvimento de suas potencialidades e restringem as suas possibilidades de ser e existir no mundo.

Para começar, a própria ideia de que as mulheres possuem direito e cidadania é algo recente. Historicamente, a violência sofrida pelas mulheres não era considerada um problema

¹ Durante o desenvolvimento desta pesquisa, entre os anos de 2016 e 2018, o Rio Grande do Norte passou por várias crises de segurança como a fuga e morte de presos na penitenciária de Alcaçuz, deixando pelo menos 26 mortos, em janeiro de 2017. Fora do presídio ocorreram incêndios a 21 veículos e transtornos a população em geral. Em dezembro de 2017, em meio a uma greve de policiais militares, civis e agentes penitenciários, o RN passou por vários arrastões nas ruas, lojas foram depredadas, o número de assaltos atingiu altos índices que desencadeou o fechamento do comércio no centro da cidade por vários dias. Após diversos eventos ligados a violência o governo do RN decreta calamidade na Segurança Pública no dia 06 de janeiro de 2018, acionando reforço para o exército e a força nacional.

social que exigisse a intervenção do Estado, pois a maior parte ocorria no espaço doméstico, ou seja, era uma questão de ordem privada (Lage & Nader, 2012).

Na Grécia antiga, berço da civilização ocidental, acreditava-se que a mulher era um ser inferior, e, por isso, só os homens detinham o direito de exercer uma vida pública, cabendo às mulheres um lugar de menor destaque. Seus direitos e deveres estavam sempre voltados para a criação dos filhos e os cuidados do lar. Na Roma antiga, essa dominação masculina era expressa pelo *paterfamilias*, na qual a própria instituição jurídica legitimava o poder do homem sobre a mulher, os filhos e os escravos (Alves & Pitanguí, 1985).

O discurso presente no período clássico, iniciado pelos gregos, corroborado e continuado pelos romanos, acabou por ser absorvido e fortalecido pelas outras culturas e religiões, como a judaico-cristã. No que diz respeito à visão sobre as mulheres, temos no judaísmo e no cristianismo o sincronismo da origem das mulheres como secundária à criação dos homens. As figuras de Pandora e Eva – a primeira, no mundo clássico, a segunda, no judaico-cristão – são associadas à introdução da morte e do mal no mundo (Lopes, 2012; Schmitt-Pantel, 2003).

Esta apropriação do pensamento clássico para outro período histórico, como no exemplo acima, fez com que a ideia de superioridade masculina atravessasse os séculos e, apesar de terem ocorrido transformações de ordem política, econômica e cultural do período clássico para a Idade Média, essa nova organização social absorveu e repassou as diferenças de poder entre homens e mulheres.

Durante a Idade Média, temos como exemplo de opressão ao feminino, a morte de várias mulheres através da inquisição, promovida pela igreja católica. Esse genocídio de mulheres ficou conhecido como caça às bruxas, já que para cada dez bruxas mortas apenas um bruxo era morto (Alves & Pitanguy, 1985).

Para entender como a morte de tantas mulheres pôde ocorrer neste período, é preciso levar em consideração a importância da religião durante a Idade Média, sendo este um aspecto central no entendimento e na disseminação dos ideais de gênero até hoje. As grandes religiões – budismo, cristianismo e islamismo – insistem na igualdade espiritual, ou seja, homens e mulheres possuem almas igualmente. No entanto, de várias formas, as religiões toleram e instituem o domínio masculino (Stearns, 2007).

O discurso de dominação do feminino propagado pelo cristianismo ganhou eco numa sociedade feudal, onde a maior parte dos recursos se concentrava nas mãos de poucos e que por isso era necessário garantir a transmissão destes bens através de casamentos e controle da prole. Por isso, controlar a sexualidade da mulher era algo de interesse de várias instituições, não apenas da igreja.

No Brasil, temos como maior expressão religiosa o modelo cristão, que possui, de maneira geral, uma posição conservadora em relação à posição da mulher na sociedade, em que todos os principais cargos da igreja católica são ocupados por homens. Todavia, essa mesma igreja que, por um lado desconfia da mulher, por outro a venerava através da figura de Maria (Martins, 2013).

Esse posicionamento da igreja católica cristaliza a identidade feminina de forma maniqueísta, de um lado "Eva pecadora" e de outra "Maria virtuosa". Estes dois paradigmas possuem características antagônicas e são utilizados pelo cristianismo para representar todo o universo feminino, valorizando e incentivando as mulheres a ocuparem os papéis de mães, donas de casa e obedientes aos homens. Em contraponto, recrimina as mulheres que se opõem, de alguma maneira, a estes valores, principalmente aquelas que questionam as regras do sistema e buscam autonomia sobre seu corpo, sua sexualidade e sua vida de maneira geral (Farias, 2009).

O momento histórico muda, mas a condição de desigualdade entre o masculino e o feminino se repete. Durante todo o Renascimento (século XIV-XVI), vemos a superação do dogmatismo religioso e a transição do feudalismo para o capitalismo, porém, a fixidez dos papéis sexualmente definidos da mulher foi reafirmada em todos os níveis da sociedade e da cultura. O discurso religioso começou a ser substituído pelo científico nessa época, mas este último também era utilizado de forma a atender os interesses do patriarcado, naturalizando muitas vezes os lugares desiguais que homens e mulheres ocupavam na sociedade.

A condição feminina não progrediu. A maternidade passou a ser a identidade e a profissão das mulheres; o casamento continua a funcionar como mecanismo de produção, conservação e transmissão de propriedade; e a autoridade do homem continua sendo absoluta. Neste período, as mulheres não podiam transpor os limites da esfera privada, mesmo com o aumento do acesso à educação esta era direcionada para levar as jovens a desenvolverem características adequadas ao casamento. O trabalho era feito no seio da unidade familiar, na realização de trabalhos agrícolas, administração doméstica ou do comércio. Onde quer que as mulheres trabalhassem durante o renascimento, os seus salários eram metade dos salários dos homens (King, 1991).

Entretanto, foi no Renascimento que o casamento passou a ter outros significados além de um contrato social para transmissão de bens e acúmulo de riqueza. Neste período, expõem-se as virtudes do sexo e de seus preparativos, bem como de se aproveitar o momento atual da vida e da satisfação do desejo. Foi neste período que Shakespeare ganhou visibilidade ao escrever histórias de amor que iam até às últimas consequências, como em *Romeu e Julieta* (Santos, Farias, Pereira, & Barros, 2014).

Neste novo cenário, no qual o amor romântico ganha força, surgem questões negativas relacionadas a ele, visto que o amor romântico é portador das alienações arraigadas do seu contexto histórico:

A mulher permanece submissa ao homem agora não apenas pelo poder coercitivo patriarcal, mas também, porque o amor prega que o indivíduo (neste caso, a mulher) deve perdoar, ser paciente e que tudo crê, tudo espera e tudo suporta, inclusive a violência. Já o homem continua mantendo seu status de mantenedor, de “dono da verdade”, de único sábio e livre para amar várias mulheres, já que este ato representa confirmação da sua virilidade (Santos et al., 2014, p. 114).

É ainda no século XVI que temos como grande acontecimento histórico a Expansão Marítima Europeia. É neste momento que todos estes acontecimentos ocorridos no velho continente nos encontram, pois, sendo o Brasil um país colonizado por Portugal, acabamos recebendo toda essa herança ocidental, cristã, misógina, mercantil, capitalista e patriarcal do seu colonizador.

As mulheres indígenas foram as primeiras vítimas dessa cultura lusa que sequer reconhecia sua condição humana. Estupros, assassinatos e escravizações foram atos corriqueiros nas desiguais relações entre os colonizadores e as mulheres indígenas. Essa cultura da violência de gênero foi historicamente alimentada/realimentada até os dias atuais, de modo insidioso, perverso e poderoso, feita em nome do Pai e do *ethos* “civilizado” e cristão (Muniz, 2017).

Um exemplo de como essa ideologia herdada dos nossos colonizadores influencia as normas e leis da nossa sociedade, tivemos aqui, no Brasil, “O código Filipino – legislação do período colonial que permaneceu vigente até o século XIX. – Segundo este código era permitido que o marido assassinasse a esposa adúltera. Também era facultado aos homens o enclausuramento forçado de esposa e filhas.” (Lage & Nader, 2012, p. 287).

Apesar da extinção do código filipino, essas diferenças de gênero continuam através de leis mais brandas ou da condenação social. Temos nos códigos de 1830 e 1890, bem como na consolidação das leis penais de 1932, que a mulher casada que cometesse adultério seria punida com pena de um a três anos de prisão, mas aos homens era permitido ter amantes,

desde que não as sustentassem. Essa distinção só desapareceu no código penal de 1940. Até 2005, quando o adultério deixou de ser crime no Brasil, a condenação legal da mulher adúltera legitimava, no senso comum, a violência conjugal (Lage & Nader, 2012).

Fazendo leituras mais atuais do nosso código criminal, ainda é possível encontrar vestígios dessa divisão das mulheres entre virtuosas e pecadoras. Sobre os crimes sexuais, este define que há agravo quando estes crimes são cometidos contra “mulheres honestas”, demarcando bem a diferenças de tratamento entre as mulheres santas e as pecadoras. Este termo constou no código penal de 1940 (artigos 215 e 216), em vigor até 2003 (Lage & Nader, 2012).

Até o ano de 2005, existia na lei brasileira um dispositivo previsto na Lei 11.106 do Código Penal que determinava que, se a vítima de violência sexual se casasse com seu agressor ou com outro homem, o crime simplesmente deixava de existir. A legislação estava em vigor desde 1940 nos chamados “Crimes de Costume”. A partir disso, logo se vê que o que estava em jogo na legislação não era proteger a mulher da violência, mas a honra da família e dos homens que a chefiavam (Rodrigues, 2004).

Realizando essa retrospectiva, verificamos que as leis e as correspondentes práticas jurídicas, que nos definiram como “seres relativamente inferiores” em relação aos homens, os quais nos desenharam como pessoas “civilmente incapazes”, nos colocaram sob a tutela masculina. O tratamento igualitário na legislação é algo relativamente recente em nossa história, alcançado efetivamente a partir de 1988, com a “Constituição Cidadã”, porém na prática ainda está em transformação (Muniz, 2017).

Ao fazermos essa retomada histórica, é possível identificar que as diversas instituições (mais fortemente, neste período, a religiosa e a legislativa) são responsáveis por disseminar esta forma de pensar o feminino e suas relações. Ademais, espalhava-se entre os homens um sentimento de posse sobre o corpo da mulher, permitindo-lhes disciplinar e controlar as

mulheres da família, sendo legítimo que, para isso, recorresse ao uso da força (Lage & Nader, 2012).

Assim como tratamos das idealizações do ser mulher ao longo deste capítulo, também poderíamos fazer o equivalente em relação ao que se é esperado do comportamento masculino. Entendemos que a força do patriarcado caiu sobre as mulheres, mas, obviamente, afetou também as definições de masculinidade. Os homens, independente da personalidade de cada um, deveriam assumir seus papéis de dominantes (Stearns, 2007).

Para Maux (2014), o homem nasce e cresce em uma sociedade que o define como viril e potente. Na educação dada aos meninos, ainda há uma valorização da força e das atitudes agressivas, em detrimento da sensibilidade. Criamos os meninos, identificando-os com adjetivos, tais quais: forte, guerreiros, líderes e determinados. Contudo, não são criados para lidar com os desafios emocionais. Até mesmo os adultos são poupados de lidarem com situações mais desafiadoras do ponto de vista emocional.

Devido escolhas e delimitações metodológicas, não iremos nos aprofundar sobre o masculino. Inevitavelmente, este assunto emergirá nas discussões, pois a violência se dá dentro da relação e tanto o feminino quanto o masculino foram construídos dialogicamente em oposição. Portanto, ao falarmos de um, de alguma maneira, estaremos nos remetendo ao outro.

A nossa escolha por dar voz às mulheres, às suas histórias e aos seus questionamentos, além de ser uma posição metodológica é uma escolha política. Após tantos anos em que as mulheres foram silenciadas, sem ocupar espaços públicos, seja dentro da academia e da ciência ou da história.

1.2 - Ser-mulher na contemporaneidade: novos velhos desafios

Depois desta breve retomada histórica, podemos nos perguntar: como estes velhos conceitos e os interesses das diversas instituições se articulam e se expressam atualmente? As mudanças mais recentes e as últimas que irei citar neste capítulo dizem respeito aos avanços e às conquistas das mulheres, que ocorreram, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial.

Foi nesse momento histórico que elas passaram a fazer parte do mercado de trabalho de forma mais expressiva, obtiveram mais acesso a educação formal, passaram a ter maior controle sob seu corpo através dos métodos contraceptivos, bem como o casamento e a maternidade deixaram de ser a fonte da felicidade e passaram a ser uma escolha pessoal. De forma geral, começaram a desafiar a supremacia masculina em todas as suas formas: política, econômica e ideológica (Pinsky, 2012).

No Brasil, durante a Era Vargas e no Pós-Guerra, temos um movimento parecido com o restante do mundo. Houve uma intensa industrialização e consolidação do capitalismo, assim como um grande crescimento dos centros urbanos, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo. Estas configurações ofereceram novas alternativas de convivência social e tornaram mais difícil controlar o comportamento das mulheres, pois possibilitaram que elas circulassem por espaços distintos do ambiente doméstico. Além disso, houve a ascensão da burguesia e o surgimento de uma mentalidade reorganizadora de vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas (Zechlinski, 2007).

Em menos de trinta anos, as mulheres passaram a constituir a metade da população economicamente ativa em todo o mundo. Estas mudanças trouxeram também novos problemas e a repetição de outros com uma cara diferente (Muraro, 2001).

No que diz respeito às conquistas da mulher no mercado de trabalho brasileiro, avanços são percebidos, mas ainda não significa que conquistamos condições igualitárias. Em muitas famílias, o trabalho da mulher continua sendo considerado complementar ao do

homem. A desigualdade salarial em função do sexo e as disparidades entre a presença de homens e mulheres nos cargos mais altos e nas ocupações mais bem remuneradas são comprovadas estatisticamente. O desemprego e a precariedade são maiores entre elas e segregações ocupacionais persistem até hoje (Pinsky, 2012).

Os parâmetros sobre o que é desejado em uma mulher mudaram, mas, ainda possuem seu caráter de dominação e restrição. Pinsky (2012) observa que, na década de 2000, surge o ideal de ‘mulher maravilha’ aquela que, sem puxar o freio de mão, corre para dar conta da profissão, da família e das tarefas domésticas. E ainda deve encontrar tempo para frequentar academia de ginástica e o salão de beleza.

Para esta autora, a imagem da mulher ideal agora se relaciona com a mulher batalhadora, guerreira, que trabalha e obtém conquistas profissionais sem se descuidar dos seus afetos e dos seus deveres de mãe. É aquela que, mesmo realizando uma quantidade de horas igual à de seus companheiros no local de trabalho, ainda são responsáveis pela maior parte das atividades domésticas e de cuidados com os filhos (Pinsky, 2012).

Vemos, então, que os desdobramentos destas transformações não implicam necessariamente em melhores condições de vida para as mulheres. Para citar alguns exemplos de papéis cristalizados das mulheres, hoje em dia temos: a necessidade de corpo magro e, preferencialmente, esculpido na academia; deusa da cama; profissional bem sucedida; mãe exemplar; e mulher bem resolvida. A mulher ideal, portanto, é tudo isso ao mesmo tempo, ou seja, conseguimos ocupar lugares que antes pertenciam somente aos homens sem, com isso, termos superados as desigualdades historicamente construídas.

Problematizar as condições atuais não é desmerecer as conquistas e novos locais que as mulheres ocupam, mas sinalizar que ainda é preciso caminhar para alcançarmos condições de igualdade. Além da manutenção da desigualdade com uma nova roupagem, temos uma ameaça constante aos poucos espaços recém-ocupados pelas mulheres.

Almeida (2017) chama atenção para a onda conservadora que o Brasil vem passando nos últimos anos. Esse conservadorismo tem levado a perdas de determinadas conquistas no universo dos direitos construídos, especialmente, no que diz respeito à equidade de gênero e à diversidade sexual e de gênero, que se tornaram alvos de um discurso ideológico baseado em fundamentos religiosos.

Os adjetivos “bela, recatada e do lar” foram capa de revista de circulação nacional, retomando o discurso que idealiza a mulher como aquela que ocupa o espaço doméstico apenas, que se resguarda ao lar e usa roupas “adequadas” e, em outras palavras, guarda a moral de seu marido. Este deve ser poderoso, chefe da família, capaz de tratar de questões públicas (Strücker & Maçalai, 2016).

Apesar de não haver problema em relação às famílias que desta maneira se estruturam, é necessário realizar uma crítica quando se tenta padronizar algo que mais do que nunca deveria ser despadronizado: a família. Assim como também não deveria se tentar padronizar um ideal de mulher e de homem (Strücker & Maçalai, 2016).

Esse tipo de material divulgado em meios de comunicação é considerado importante sinalizador do pensamento dominante de sua época. Este conservadorismo é observado nos nossos governantes e representantes políticos, bem como nos projetos que eles defendem em nome de todos, mas que representam apenas os seus interesses pessoais e dos grupos aos quais pertencem.

Para exemplificar, em 2017, tivemos a tramitação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que insere na Constituição a proibição do aborto em todos os casos, sob a justificativa de que é preciso garantir o direito à dignidade da vida humana e que essa vida começa na concepção. Esta proposta se refere a PEC 181, que prevê que mulheres grávidas de estupradores, mães com risco de vida, mães carregando bebês anencefálicos ou sem condições de vida extrauterina poderão ser criminalizadas pelo aborto. Isso sinalizaria um

retrocesso para as mulheres, já que dentro destas condições citadas acima, o aborto é lícito atualmente no nosso país.

Apesar de possuímos um Estado denominado laico, o que vemos é que os preceitos religiosos estão muitas vezes acima do interesse e bem estar de todos. A PEC 181 é uma proposta defendida pela bancada evangélica, que ocupa hoje diversas posições estratégicas dentro do governo, o que permite o avanço de propostas como estas.

Enquanto o restante do mundo avança na garantia dos direitos da mulher sobre seu próprio corpo e garante com a legalização do aborto a diminuição deste fenômeno e estabelecimento de uma assistência de qualidade as mulheres que desejarem abortar, já que a proibição não impede que este continue sendo um grave problema de saúde pelas condições precárias que ocorrem na clandestinidade.

Temos no Brasil um movimento que tenta retroceder em relação a estas temáticas, que a partir de um discurso religioso cristão, que nivela e submete a experiência de todas as mulheres ao pensamento de uma só expressão religiosa. Diversas configurações políticas pelas quais o Brasil está passando se articulam para aprovar uma proposta nestes termos, mas, a principal característica que podemos citar deste exemplo é que a maior parte dos nossos representantes políticos são atualmente homens e, portanto governam a partir dos seus interesses.

O placar de votação da PEC 181 foi de dezoito votos a um. A comissão é majoritariamente formada por homens, o único voto contrário veio da única mulher que compunha a comissão. Essa informação sinaliza que a presença masculina nas posições de poder e de decisão será sempre um entrave à defesa dos interesses das mulheres. Ao mesmo tempo, exemplifica como a presença das mulheres pode fazer diferença para mudar esse quadro, já que o único voto contra foi feminino.

Por último, esta proposta objetifica o corpo das mulheres, os nossos corpos, inviabilizando a autonomia para decidir sobre a nossa sexualidade e reprodução. Milhares de anos se passaram desde o começo da civilização ocidental na Grécia antiga e nossos corpos ainda estão a serviço do interesse público, do homem, da sociedade, da guerra, do machismo, do capital e da religião, pois a vida do feto, que nem nasceu, é mais sagrada do que a mulher que o está gerando.

Outros eventos poderiam ser citados como significativos para compreensão da construção do *ser-mulher* nos dias de hoje. Todavia, não é nossa intenção esgotar essa discussão, mas trazer elementos que ilustrem o quanto determinadas configurações e arranjos se repetem ao longo da história, tornando-se naturalizados.

A ideologia patriarcal, ainda hoje, banaliza, justifica e legitima diversas formas de violência cometidas contra as mulheres, criando na sociedade um sentimento de tolerância, que dificulta ou mesmo impede a punição desses atos. Institucionalizada e garantida por leis. A dominação masculina fez do espaço do lar um *locus* privilegiado para a violência contra a mulher, tida como necessária para a manutenção da família e do bom funcionamento da sociedade (Lage & Nader, 2012).

Vemos, portanto, ao longo de toda a história, a perpetuação de velhos conceitos atendendo aos interesses de suas épocas. A mesma sociedade que forma homens machistas, também forma mulheres machistas, ambos respaldando e reproduzindo as estruturas de dominação paternalista, pelas quais reforçam a ideia de inferioridade da mulher e superioridade do homem. Pois, como diria Simone de Beauvoir (1949/1970) o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos. Todavia, a palavra cúmplice pode sugerir que as mulheres escolheram por sadismo ou qualquer outra justificativa respaldar esse pensamento machista, ignorando assim as pressões e a necessidade constante de ajustamento ao meio que o *ser-ai* é lançado desde antes do seu nascimento.

Por isso, trazemos neste capítulo o peso da história para o entendimento da construção de *ser-mulher* na contemporaneidade, pois somos ensinadas desde cedo que esta é a lógica que predomina e que, portanto, precisamos obedecê-la. A noção de mulher ideal é construída para atender as demandas de uma determinada época e lugar, que no pensamento de Heidegger (1927/2005), se articula com a noção de temporalidade que é a condição de possibilidade da historicidade. Essa compreensão de ser temporal abre e regula as possibilidades do *Dasein*, pois “seu próprio passado, e isso diz sempre o passado de sua ‘geração’, não segue, mas precede o *ser-aí*, antecipando-lhe os passos” (Heidegger, 1927/2005, p. 48).

Dessa forma, homens e mulheres se apropriam dos sentidos historicamente sedimentados pelo mundo e tentam atender às demandas que lhe aparecem. Ao fazer isso, criam um descompasso entre o que se quer ser e o que o se pede deles pelas configurações do seu horizonte histórico. O *ser-aí*, por seu caráter de abertura, assume comportamentos de acordo com a forma como sua relação com o mundo vai se desenvolvendo e, com isso, com os limites e possibilidades que o mundo apresenta. É difícil para o ser, ou seja, para o *Dasein*, não atender a essas solicitações do mundo, pois ele é constitutivamente um *ser-no-mundo-com-o-outro* (Acetta, 2015; Feijoo, 2015).

Ao tentar atender a essa demanda, que é de todos, mas não é de ninguém, especificamente, o *Dasein* possui como modo básico de viver a impessoalidade. Nesse modo de ser, adotamos a referência e o discurso do outro, de todos, e, ao mesmo tempo, de ninguém. No impessoal, “todo mundo é outro e ninguém é si próprio” (Heidegger, 1927/2005, p.181).

Dessa forma, mesmo as mulheres que não se enquadram nessas expectativas de ser mãe e esposa, se sentem pressionadas a atender a esses papéis e sofrem quando não conseguem alcançá-los, pois é o que é colocado o tempo inteiro como caminho para elas. Essa

tendência ao extravaiamento de *si-mesmo* e a queda ao impessoal, Heidegger (1927/2005) vai chamar de decadência. Essa queda diz respeito a uma imersão do humano no mundo das ocupações e na cotidianidade, fechando-se em si na facticidade.

Para Critelli (1996) na decadência, o individuo desvia-se de seu projeto essencial, para olhar para as preocupações cotidianas, confundindo-se com o que é coletivo. Dessa forma, o *ser-aí* sacrifica o que é seu pelo que é do outro, alienando-se da tarefa de ser si-mesmo.

No entanto, o *ser-aí*, ao se dar conta dessa impessoalidade, pode descobrir o mundo a seu próprio modo, desvelando aquilo que estava oculto e se aproximando das suas próprias singularidades. A impessoalidade e singularidade são possibilidades existenciais sempre em jogo a cada momento (Escórcio, 2016; Sá, 2015).

E uma das disposições afetivas que propicia ao *Dasein* o afastamento do impessoal, é a angústia. Na ontologia heideggeriana a angústia é um existencial, ou seja, é constitutivo do *ser-aí*, e não um problema psicológico a ser eliminado. O ser humano se angústia porque está em um mundo inóspito, e ao se dar conta desse estranhamento busca fugir desse desconforto na significância compartilhada, que lhe traz novamente a sensação de familiaridade, de ser comum. A angústia, nesse sentido, é privilegiada porque propicia uma condição que afasta os encobrimentos do impessoal e permite uma visão mais clara do *Dasein* (Evangelista, 2016).

É justamente nesse movimento de rompimento com o impessoal e busca por uma experiência mais singular, ou seja, que saia das determinações do mundo, que as mulheres se organizam e lutam até hoje por melhores condições de vida. Esse é um grande desafio, pois requer um rompimento da noção estabelecida e compartilhada da mulher como inferior e submissa.

A atual legislação que tenta proteger as mulheres de uma situação de violência e que sustenta a política de abrigo é uma conquista dessa luta organizada das mulheres que enxergam que essas determinações do mundo não são a única possibilidade de existir. Esses

locais de proteção existem como uma tentativa de resistência e oferecem um espaço de proteção àquelas que estão com suas vidas ameaçadas pela violência doméstica. Todavia, esses locais, como a Casa-Abrigo ao mesmo tempo em que se propõe a ser um equipamento de combate à violência, também se inserem dentro de um pensamento dominante, no qual ainda submete a mulher, aprisionando-a e exercendo controle sobre ela, por isso, iremos nos aprofundar um pouco mais sobre a política que sustenta este equipamento de proteção no capítulo seguinte.

Capítulo 2 - Assistência às mulheres em situação de violência

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa de vista.

Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la
por admirá-la ou ser por ela iluminado.

Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer
vigília por ela, isto é, estar acordado por ela.

Por isso, melhor guardar o vôo de um pássaro
Do que um pássaro sem vôos (...)

Guardar
Antônio Cícero

A história é feita de permanências e rupturas e, claramente, ao longo dos séculos, houve situações que fogem ao descrito no capítulo anterior. Porém, é inegável o peso que os acontecimentos históricos expostos têm para a construção do ser mulher atualmente, de tal maneira que, ao descrevermos lado a lado aspectos do presente e do passado, eles parecem se espelhar.

Na tentativa de combater esse cenário e não mais repetir as configurações do passado, as mulheres têm se organizado ao longo da história para melhorar suas condições de vida. No que diz respeito ao início das lutas organizadas das mulheres temos, no Brasil, um movimento parecido com o restante do mundo. Aqui o movimento feminista também ganha espaço através da luta pelo voto e somado às reivindicações por melhores condições de trabalho, representada na “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”. No nosso país, assim como no restante do mundo, esse movimento perdeu força, a partir da década de 1930, e ganha novo impulso na década de 1960 (Pinto, 2010).

Neste período temos a publicação do livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, que se tornará fundamental para a organização das mulheres. Nele, Beauvoir (1949/1970)

estabelece uma das máximas do feminismo “não se nasce mulher, se torna mulher”, ou seja, o masculino e o feminino são construções culturais e, como tal, são comportamentos aprendidos durante o processo de socialização (Pinto, 2010).

As ideias de Beauvoir serviram de bandeira para as feministas nos anos 60. Na busca pela conquista de igualdade de direitos, as mulheres passaram a questionar os papéis que lhes eram atribuídos (Maux, 2008). Até hoje o movimento feminista não para de crescer e se diversificar, levantada diversas bandeiras e posicionamentos políticos e filosóficos distintos dentro do movimento.

Todavia, enquanto em outros países a década de 60 mostrava um cenário propício para o surgimento de movimentos libertários, no Brasil o que tínhamos era um momento de repressão total da luta política legal, vivido durante o período de ditadura militar. Apesar do momento político conturbado, as discussões sobre o tema continuaram sendo alimentadas, ganhando novo impulso com a redemocratização nos anos 1980 (Pinto, 2010).

A partir daí vários avanços podem ser citados, entre eles temos a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que, promoveu junto com importantes grupos uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Desse esforço, e de muitos outros movimentos sociais e da sociedade civil, resultou a Constituição de 1988 que é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo. Além disso, tornou-se signatário da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará – 1994, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Oliveira, 2011; Pinto, 2010).

Além disso, houve no Brasil, a criação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), a realização das I e II Conferências Nacionais de Política para as Mulheres e, por fim, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres em 2004. Por meio da aprovação do I Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, houve a organização da rede de

atendimento às mulheres em situação de violência em todos os estados brasileiros, com a implementação e articulação de serviços especializados (Oliveira, Oliveira, & Mendonça, 2011; Porto, 2008).

A rede de atendimento à mulher em situação de violência está dividida em quatro principais setores/áreas (saúde, justiça, segurança pública e assistência social) e é composta por duas principais categorias de serviços: a rede de enfrentamento e a rede de atendimento (Secretária de Política para as Mulheres, 2011c).

Na rede de enfrentamento, a mais ampla das duas, temos os agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres (organismos de políticas para as mulheres, ONGs feministas, movimento de mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, outros conselhos de controle social; núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres, etc.); serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores; universidades; órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura) e serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência) (Secretária de Política para as Mulheres, 2011b).

A rede de atendimento faz parte da rede de enfrentamento como vimos no parágrafo anterior, e faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento (Secretária de Política para as Mulheres, 2011b).

Os próprios documentos oficiais do governo reconhecem que ainda poucos os serviços disponíveis, principalmente diante da magnitude do fenômeno. Até 2003, as Casas-Abrigo e

as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher constituíram as principais respostas dos governos (federal, estadual e municipal) à questão da violência contra as mulheres (Secretária de Política para as Mulheres, 2011b).

Na tentativa de mudar esse cenário, temos em 2006, um dos marcos do combate a essa problemática no Brasil, que foi criação de leis que especificam a violência contra a mulher, como a Lei Maria da Penha (Lei no 11.340/2006). A Lei Maria da Penha sua importância se dá em vários âmbitos, pois, ela não pretende atuar apenas no âmbito jurídico, mas integrá-lo na formulação de políticas públicas de gênero, que envolvam ainda a segurança pública, a saúde, a assistência social e a educação (Pasinato, 2010).

Ao se estruturar desta forma, a Lei Maria da Penha afirma os direitos humanos das mulheres e superam uma longa tradição social e jurídica negadora de tais direitos como foi apresentado no capítulo um deste trabalho. Anterior à Maria da Penha, as situações de violência contra a mulher eram julgadas segundo a Lei 9.099/95² e grande parte dos casos era considerada crime de menor potencial ofensivo, cuja pena ia até dois anos e os casos eram encaminhados aos Juizados Especiais Criminais (JECRIM). Na maioria das vezes o sentimento de impunidade se tornava presente já que as penas eram simbólicas, como cestas básicas ou trabalho comunitário.

Sendo assim, a Lei Maria da Penha se destina a alcançar novos patamares para o enfrentamento desta violência no país. Porém, na prática, o exercício desses direitos se confronta ainda com grandes obstáculos que impedem maior sucesso em ações que evitem a repetição da situação de violência contra as mulheres. Anos após sua criação, estudos revelam que a sua aplicação está restrita à esfera judicial criminal, onde ocorre, também, com dificuldades e limites (Pasinato, 2015).

² Lei que dispõe sobre o funcionamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Entre as dificuldades em efetivar a lei, Pasinato (2015) destaca os poucos serviços para o atendimento das mulheres, a não responsabilização dos culpados, o insuficiente compromisso de governos para a articulação das redes intersetoriais, baixa contingências de recursos humanos e pouca especialização dos profissionais, que têm contribuído para a permanência de atendimentos discriminatórios e prejudiciais às mulheres.

Mais recente, temos a criação da Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) que se propõem a trazer mudanças penais e dar visibilidade à discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemática contra as mulheres, que, em sua forma mais aguda, culmina na morte.

Mesmo com todo esse crescimento das discussões e propostas de enfrentamento da violência, não pode ser dito que este crescimento é constante e sólido, uma vez que são avanços que estão sujeitos às agendas político-partidárias e aos programas de governo, não se configurando como política de Estado. Exemplo disso pôde ser visto em maio de 2016, quando o Presidente Interino Michel Temer extinguiu a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), incorporando-a ao Ministério da Justiça. Outro retrocesso recente ligado à pauta de igualdade de gênero, diz respeito à composição ministerial, para a qual o atual presidente nomeou somente homens. Há 37 anos o Brasil não presenciava tal feito, pois todos os presidentes anteriores tiveram mulheres em seus ministérios (Zanatta, et al., 2016).

Para o ano de 2017, dados do portal do orçamento da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional mostram que o valor autorizado para gastos com atendimento à mulher em situação de violência caiu 61% em relação ao ano passado. O montante voltado ao incentivo a políticas de autonomia das mulheres também sofreu corte considerável neste ano, tendo redução de 54%. O único setor que recebeu aumento foi a central de atendimento à mulher, em que o orçamento subiu 13%. Os recentes cortes no orçamento, a pouca participação de mulheres entre os membros do alto escalão do governo e a extinção da SPM

demonstram uma falta de compromisso com a igualdade de gênero e transformam o trabalho dos equipamentos de combate à violência ainda mais desafiador.

A Política Nacional de Prevenção, Enfrentamento e Erradicação da Violência contra a Mulher ainda carece de muito investimento para se concretizar. A distribuição dos serviços é bastante desigual no território nacional e está concentrada nas capitais. (Pasinato & Santos, 2008). Exemplo dessa má distribuição reflete também na fase de abrigamento e pós-abrigamento das mulheres em situação de violência. Apesar da Casa-Abrigo ser um dos equipamentos de proteção mais antigos, a primeira delas no Brasil foi implantada no ano de 1986, em São Paulo; em 2011 só existiam 72 Casas-Abrigo no território brasileiro. A maior concentração de Casas-Abrigo encontra-se no Sudeste do país (25 equipamentos) e no Sul (13 equipamentos), trinta e sete por cento das unidades da federação (10 UFs) possuem apenas uma Casa-Abrigo (Secretária de Política para as Mulheres, 2011b).

Entre esses estados que possuem apenas uma Casa-Abrigo se encontra o Rio Grande do Norte. Esta estrutura fica localizada na capital do estado e é mantida pela Prefeitura do Natal, por meio da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SEMUL) em parceria com a prefeitura de Parnamirim.

2.1 - Casa-Abrigo Clara Camarão e Centro de Referência Elizabeth Nasser

A Casa-Abrigo e o centro de Referência fazem parte da rede de atendimento às mulheres em situação de violência e são classificadas como serviços especializados de atendimento as mulheres, nos quais fazem parte também as casas de atendimentos provisórios, as delegacias especializadas, núcleos ou postos de atendimentos especializados à mulher dentro das delegacias comuns, juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher e serviços de saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica (Secretária de Política para as Mulheres, 2011c).

Além dos serviços especializados citados acima, fazem parte da rede também os serviços de atendimento Geral (CRAS, CREAS e Defensorias Públicas, Posto de atendimento humanizado no aeroporto, Núcleo da mulher da casa do Migrante), Orgãos de Informação, Orientação e Políticas públicas (núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, coordenadoria das DEAMs, Coordenadoria da mulher dos tribunais da justiça do estado, ouvidorias, serviços virtuais/telefônicos, Central de Atendimento à mulher – Ligue 180, conselhos de direitos das mulheres) e por último os Serviços de Segurança e Defesa Social (Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e do Distrito Federal, Polícia Civil e Militar e o Instituto Médico Legal) (Secretária de Política para as Mulheres, 2011c).

Dentro dessa rede de serviços e instituições compete a Casa-Abrigo oferecer, de forma provisória, medidas emergenciais de proteção em locais seguros para acolher mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob o risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos (as). Trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias poderão permanecer por um período máximo de três meses (Secretária de Política para as Mulheres, 2011b).

Esse é um importante equipamento, pois, as mulheres são recorrentemente agredidas no âmbito doméstico e por um agressor que possuía vínculos afetivos com as vítimas. Além disso, 80% dessas vítimas possuem filhos, e 64% destes presenciaram ou também sofreram violência (Waiselfisz, 2012 e IPEA, 2016).

Apesar da consolidada importância da Casa-Abrigo dentro da rede de proteção à mulher, esse se mostrou um instrumento que necessita de espaço de reflexão. Têm-se discutido outras questões relacionadas ao abrigamento como, por exemplo, a recusa das mulheres em aceitarem esse recurso, mesmo estando em situação de vulnerabilidade, o sentimento de aprisionamento, o distanciamento do trabalho, da família, da comunidade e de outros territórios e espaços que antes frequentavam. Ademais, existe a convivência de

famílias que não se conheciam e não optaram por morar juntas e equipamentos e profissionais mal preparados para lidar com essas especificidades (Albuquerque, 2011, Amorim & Barros, 2014; Hanada, 2007).

Outra questão que é vista como problemática dentro da política de abrigamento tem sido a dificuldade para avaliar a situação de violência, considerando que não há um conceito absoluto de “risco iminente de morte” e que existe uma linha tênue entre ameaças e risco de vida (Secretária de Política para as Mulheres, 2011b). Tentando reverter essa situação alguns serviços consideram os seguintes elementos:

Uso de armas brancas ou de fogo; histórico criminal; abuso de animais domésticos; histórico de agressões a conhecidos estranhos e/ou policiais; tentativa ou ideação suicida recente; não-cumprimento de medidas protetivas de urgência; ser autor de abuso sexual infantil; histórico de agressão aos filhos; abuso de álcool ou drogas; minimização extrema ou negação da situação de violência doméstica e familiar, entre outros (Secretária de Política para as Mulheres, 2011b, p. 21).

Partindo destas colocações nos questionamos: se para uma mulher estar em condição iminente de morte ela precisa anteder aos aspectos citados acima, quando ela sai da Casa-Abrigo significa que então ela não está mais vulnerável a estas condições? Quais aspectos são necessários para ela estar apta a sair da casa?

A mesma dificuldade que existe para definir as condições necessárias para a mulher entrar na Casa-Abrigo também dizem da dificuldade de reunir as condições de saída do abrigamento. Não foi encontrado nem na *Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à mulher em Situação de Violência* (Secretária de Política para as Mulheres, 2006), nem nas *Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência* (Secretária de Política para as Mulheres, 2011b), resposta para essas perguntas. Mas, em contato direto com o CREN o que acontece na prática é que as condições

necessárias para realizar a saída do abrigo se resumem basicamente a emissão da medida de proteção e a determinação de um lugar para ficar após a saída da Casa-Abrigo.

O contato institucional no pós-abrigo passa a ser então realizado pelos Centros de Referência Especializados. Este serviço deve contar com uma equipe multiprofissional nos diferentes setores: atendimento jurídico, assistência social e atendimento psicológico (Secretária de Política para as Mulheres, 2006). Na ausência desse serviço na sua localidade, o acompanhamento poderá ser realizado pelo Centro Especializado de Referência de Assistência Social (CREAS), mediante prévia articulação e negociação no âmbito da rede de atendimento local (Secretária de Política para as Mulheres, 2011b).

Em todo o território nacional existem 187 Centros que estão voltados para o atendimento à mulher. No município de Natal contamos com um Centro de Referência Especializado que, durante a realização desta pesquisa, se encontrava localizado na zona norte da cidade. Este Centro foi instituído no ano de 2004 e funcionava inicialmente sob a direção do Departamento da Mulher, lotado na Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTAS). Após reestruturação desse serviço em 2011, ele passou a ser coordenado pela a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SEMUL).

Dados fornecidos pela página eletrônica da prefeitura de Natal indicam que o Centro de Referência atendeu 586 mulheres em situação de violência no ano de 2015, dentre as quais 58 necessitaram de abrigo na Casa-Abrigo Clara Camarão. Para o ano de 2016 esse número aumentou, a instituição informou foram abrigadas 89 mulheres só do município de Natal. Para que a mulher seja abrigada é necessário encaminhamento de outra instituição já que o endereço da casa é protegido não sendo possível que a mulher procure a casa diretamente. Em Natal, as principais instituições que realizam esse encaminhamento são as DEAMs e o Centro de Referência Elizabeth Nascir.

Não foram encontrados dados específicos sobre quantas mulheres estão sendo acompanhadas no pós-abrigamento atualmente, mas, para o contexto de Natal-RN estima-se este quantitativo a partir do número citado acima referente aos atendimentos de 2015 e 2016. Não há um registro que contabilize os atendimentos feitos às mulheres no pós-abrigamento pela instituição, nem toda mulher recebe esse acompanhamento, pois ele depende de vários fatores, como continuidade da mulher no município de Natal, a falta de recursos como transporte veicular próprio para que a equipe realize a visita domiciliar; falta de profissionais na instituição por um longo período o que faz com que as visitas se acumulem; dificuldade em manter o vínculo entre as mulheres e a instituição, pois é comum essas mulheres mudarem de cidade, endereço e telefone, ainda na tentativa de se proteger das situações de violência, não comunicam ao serviço seus novos endereços e telefones.³

Devido essas condições a instituição encontra dificuldades para organizar um planejamento em relação às atividades do acompanhamento após o abrigo. Não foi possível estimar o tempo que a mulher era acompanhada no pós-abrigamento, pois, o tempo variava de acordo com a necessidade de cada mulher e com as condições materiais da instituição.

Não havia também um momento específico para ser realizado a primeira visita domiciliar, às vezes demorava quinze dias, às vezes um mês. Além das dificuldades citadas pela instituição, os profissionais me informaram que as mulheres que retornam para os seus agressores se sentem envergonhadas de receber a equipe e acabam cortando o vínculo com eles, e que uma maneira de contornar isso é através da cesta básica que eles oferecem na primeira visita, porém, a segunda visita já se torna mais difícil de ser realizada.

Além das visitas domiciliares, são feitos grupos de encontros no Centro voltado para as mulheres que são acompanhadas pelo Centro, porém são encontros que ainda estão se

³ As informações sobre o funcionamento do Centro de Referência foram registradas durante as diversas visitas realizadas no ano de 2016, período em que se desenvolveu essa pesquisa.

estruturando e que possuem pouca adesão das mulheres. Entre os motivos relacionados a esta falta de adesão estariam a dificuldade de falar sobre o assunto; possuírem outras atividades que inviabilizam a ida ao local, sejam elas profissionais ou relacionadas ao cuidado com os filhos pequenos e atividades da casa; e o sentimento de insegurança vivido por essas mulheres que ainda preferem não sair de casa para evitar exposição a novas situações de violência.

Estes poucos recursos limitam a prática dos profissionais que reclamam da morosidade dos procedimentos judiciais e da dificuldade de encontrar habitação e emprego para as mulheres ao saírem da Casa-Abrigo ou outras estratégias que ajudem concretamente a mulher a sair da condição de violência, limitando a assistência a uma doação de cesta básica, que nem sempre é possível de ser feita.

2.2 – A política de abrigo de mulheres em situação de violência uma aproximação fenomenológica

Na política de abrigo, vemos que a estratégia adotada para proteger as mulheres de uma situação de violência é isolando-as dentro da Casa-Abrigo e em determinado momento ela sai desse espaço para o convívio social considerado seguro novamente. Essa forma de assistência, na qual é necessário isolar para tratar, pode ser visto em outros locais que buscam restaurar uma determinada condição vista como mais desejada, como nos hospitais gerais, hospitais psiquiátricos, presídios, entre outros. Tão antigo quanto essas instituições, são as críticas que recebem por apostarem em um modelo que apresentam diversas dificuldades, entre elas, a reintegração daqueles que recebem a assistência ao seu meio de origem.

Essa forma de pensar a assistência às mulheres em situação de violência se aproxima do pensamento metafísico ao acreditar que para conhecer é preciso isolar, decompor em partes menores para poder determinar os fatores que causam o problema e só assim poder

intervir através do cálculo e do controle. Nesse pensamento se apresenta uma compreensão cartesiana da realidade, que opera segundo a dicotomia sujeito-mundo. Enquanto para a fenomenologia é preciso olhar para esse mundo, ou seja, apreender o campo ou horizonte de sentido existencial em que é possível a emergência da violência contra a mulher, pois “o cálculo e controle dos significados e da utilidade da vida mesma não servem para o desvendamento do sentido da existência” (Critelli, 1996, p. 21).

Diante disso, para nos aproximarmos melhor da assistência recebida pelas mulheres em situações de violência é necessário tematizar as configurações presentes no horizonte histórico desta época denominada por Heidegger como a Era da Técnica. Sobre esta época de dominação técnica, Evangelista (2016) nos diz que as regras oriundas de pesquisas científicas é que ditam o cotidiano, determinando o que é bom ou mal, o que se deve fazer evitar. A ciência se propõe a gerir cientificamente a vida íntima e compartilhada, objetivando a adequação, adaptação e domesticação. E retomando o pensamento de Heidegger complementa dizendo que “não é o homem que dispõe da ciência, mas a ciência que dispõe previamente ao homem seus modos cotidianos de ser.” (p.183).

Dessa forma, o surgimento da técnica moderna e o advento das ciências contemporâneas não são interpretados como simples acúmulo de conhecimentos objetivos relativos à natureza. Em uma leitura fenomenológica heideggeriana, a técnica e a ciência modernas influenciam a experiência de mundo de um modo bastante específico, que é reproduzindo sua característica fundamental de desvelamento do ser da natureza como fundo de reserva, ou seja, vemos tudo como reservatórios de recursos disponíveis à exploração humana (Magliano e Sá, 2016).

Nesse mundo de orientação técnica, as relações que o *Dasein* estabelece com os outros também irão apresentar as mesmas características de exploração e controle, sejam nas relações amorosas, familiares ou nas relações que as mulheres estabelecem com profissionais

nos serviços de assistência. O questionamento da técnica é feito por Heidegger não para condená-la, nem para oferecer uma alternativa que a substitua, mas sim para estabelecer com ela um relacionamento mais livre, de abertura à sua essência, pois afirmando-a ou negando-a apaixonadamente, a ela mais nos aprisionamos (Sá, Mattar, & Rodrigues, 2006). No entanto, essa reflexão sobre a técnica quase nunca é feita, apenas os aspectos positivos relacionados aos avanços da tecnologia são apresentados, todavia cada vez mais nos deparamos com a necessidade de uma constante atualização do nosso modo de estar no mundo e com isso nos distanciamos de pensar e permanecer junto daquilo que é realmente essencial.

No pensamento heideggeriano o essencial traduz-se na busca pelo sentido do ser, que se estrutura fundamentalmente como ser-no-mundo. Sendo assim, perguntar pelo nosso ser é já previamente perguntarmos pelo nosso mundo, ou seja, perguntar pelo modo como nos relacionamos e habitamos esse mundo, aquilo que construímos (Jesus e Ribeiro, 2007). Ao tentarmos proteger as mulheres de situações de vulnerabilidade, violência e risco imediato a suas vidas, não nos questionamos mais sobre quem é essa mulher, tomamos a sua experiência como um dado apenas que nos ajudará a decidir por ela e conseqüentemente protegê-la.

A cristalização da identidade feminina como aquela que é inferior, menos capaz e que, por isso precisa estar sob a tutela de alguém, influencia as formas da mulher habitar o mundo. As mulheres por sua construção histórica como submissa aos homens estão mais vulneráveis a serem objetivadas nesse contexto técnico que orienta tanto as relações amorosas, que fazem seus parceiros encararem as mulheres como suas posses; como no abrigo em situação de violência, que objetifica a existência das mulheres, isolando-as, como quem guarda um objeto.

Essa tentativa de controle da violência através do abrigo, que distancia as mulheres das suas vidas é de alguma forma, um tiro no pé, pois o mundo do *Dasein* é o *mundo-com*, ou seja, estamos sempre em relação, mesmo quando nos isolamos. Ao retirarmos a mulher do

local de violência, preservamos sua vida durante determinado tempo, mas, isso não significa dizer que a desconectamos das relações que a diminui. Além disso, as instituições e as pessoas que estão ao lado da mulher no momento do abrigamento são cooriginárias de um mundo que orienta as relações no modo da exploração e controle, são, na sua maioria, profissionais formados dentro da ciência metafísica, desta forma, o cuidado oferecido a essas mulheres na política de abrigamento também está afinado com este mesmo pensamento técnico da causalidade dos fenômenos e consequentemente do controle e exploração.

Estamos todos mergulhados nesse mesmo pensamento técnico, por isso, o modo fenomenológico de pensar o homem e suas relações pode contribuir para novos caminhos sobre a questão da violência. Para isso, vamos nos demorar sobre a noção de Cuidado/Cura (*sorge*) em Heidegger (1927/2005) como um caminho para as reflexões sobre a assistência recebida pelas mulheres em situação de violência no abrigamento e pós-abrigamento. O Cuidado, ao qual nos referimos é o ontológico, que é diferente do cuidado em um sentido ôntico, pensado como intervenção, nomenclatura bastante utilizada nos contextos de assistência em saúde. Porém existe uma relação entre estas duas formas de entender o cuidado. Pois, como nos coloca Santos e Sá (2013) “só é possível nos ocuparmos com as coisas e nos preocuparmos com os outros porque as coisas e os outros já se abriram em seu ser como presenças na abertura de sentido que nos constitui mais essencialmente do que qualquer identidade positiva”.

O Cuidado em seu sentido ontológico é a totalidade originária da estrutura do *Dasein* enquanto ser-com. Isto que dizer que somos Cuidado o tempo todo, para Heidegger (1927/2005) “enquanto tonalidade originária de sua estrutura, a cura se acha do ponto de vista existencial *a priori*, ‘antes’ de toda ‘atitude’ e ‘situação’ da presença, o que significa dizer, que ela se acha em toda atitude e situação fática” (p. 258).

Heidegger (1927/2005) nos diz que há dois modos fundamentais do Cuidado, ele irá chamar de “ocupação” as relações do *ser-aí* com os entes simplesmente dados. E denominará “preocupação” quando se referir as relações do *ser-aí* com os outros homens. Além dessas duas formas o homem ao se relacionar com os outros homens como se relaciona com os entes, ou seja, no modo de “ocupação”, Heidegger irá denominar de “indiferença”.

Aqui iremos nos aprofundar no modo de cuidado da preocupação, esta pode ocorrer de duas formas distintas. A primeira se refere ao modo de preocupação substitutiva, neste modo de cuidar, eu assumo a "ocupações" do outro, fazendo e decidindo sobre a existência do outro. Segundo Heidegger (1927/2005), "nessa preocupação, o outro pode tornar-se dependente e dominado mesmo que esse domínio seja silencioso e permaneça encoberto para o dominado" (p. 174). Entendemos ser este um modo comum do cuidado dentro da psicologia e de outras categorias profissionais, nos diversos contextos de saúde e de assistência as mulheres em situação de violência. É comum as pessoas procurarem esses profissionais e solicitar deles receitas, fórmulas e caminhos pré-determinados para resolver os seus problemas, pois aquele profissional sabe mais, ou sabe tudo o que eu preciso, na outra mão estão os profissionais que também se sentem solicitados e seduzidos por ocuparem esse lugar de que só ele pode salvar o outro.

O segundo modo é a preocupação antepositiva ou anteposição libertadora, na qual eu me relaciono com o outro não para substituí-lo, mas para pô-lo diante de suas próprias possibilidades existenciais. Podemos inferir juntamente ao filósofo que "essa preocupação que, em sua essência, diz respeito ao cuidado propriamente dito, ou seja, à existência do outro e não a uma coisa de que se ocupa, ajuda o outro a tornar-se, em seu cuidado, transparente a si mesmo e livre para ele" (Heidegger, 1927/2005, p. 174).

Para Heidegger (1927/2005) existem diversos modos da preocupação, dentro dos extremos a substituição e a anteposição, e que eles se expressam na convivência cotidiana de

vários modos intermediários ou mistos. Este filósofo não faz uma avaliação valorativa nas formas de cuidar, todas as formas de cuidar são possibilidade para o *ser-aí*.

É possível pensar que em situações de extrema vulnerabilidade e incapacidade de decidir sobre si, o cuidado que substitui tem seu lugar. Um exemplo disso está no cuidado que a mãe oferece ao bebê nos primeiros anos de vida, decidindo sobre ele quais as possibilidades que irão prover suas diversas necessidades da melhor maneira. Porém, à medida que o bebê cresce outros modos de cuidar vão sendo estabelecidos.

Trazendo essa discussão sobre cuidado para as mulheres em situação de violência, é possível observar que elas estão na maior parte no cuidado que substitui o outro. Ao nascer, a mulher está sempre submetida ao que é orientado pelos pais e, posteriormente, professores, namorados, maridos e, de maneira geral, pelo que é esperado nos seu horizonte histórico. A mulher é tida como frágil e por isso cabe a alguém fazer por ela apoiado no discurso de que isso é feito para o seu próprio bem.

E dentro de um contexto de uma política de proteção, esse cuidado assume muitas vezes essas mesmas características de um cuidado que substitui o outro, sem ser oferecido a estas mulheres também a possibilidade de um cuidado antepositivo, no qual os profissionais envolvidos se abram para a manifestação das possibilidades próprias do outro. Dessa forma, é interessante que a mulher possa contar com um dispositivo que em um momento de risco iminente a sua vida garanta aspectos mínimos de segurança e sobrevivência, pois ela está inserida nesse horizonte de desvalorização da vida da mulher, que propiciam que locais como a Casa-Abrigo se façam necessários, porém, após a vida da mulher estar garantida, outras estratégias precisam ser oferecidas.

Não é pretensão aqui colocar a fenomenologia em um patamar de superioridade enquanto corrente filosófica, mas perante uma assistência à mulher em situação de violência

em consonância com o mundo da técnica e da produção, a fenomenologia aparece enquanto possibilidade de se aproximar da existência. Pois como coloca Critelli (1996):

A fenomenologia não pode ser compreendida por nós como uma “escola filosófica” entre outras, mas como um pensamento provocado pelo descompasso de uma civilização, pelo seu esgotamento, pelo esvaziamento, pela nadificação do sentido em que ser nela se fazia possível e solicitante. É o sentido de ser no mundo, como homens, cuidando concreta e expressamente de habitar o mundo e interagindo com os outros homens, o que provoca o pensar fenomenológico (p.23).

Dessa forma, entendemos que o abrigo das mulheres em situação de violência se estrutura dessa maneira porque está em consonância com o pensamento técnico na sua configuração, porém essa forma de assistência às mulheres tem apresentado desdobramentos tanto positivos quanto negativos e para olharmos para esses aspectos a fenomenologia pode contribuir ao ampliar essa discussão trazendo a existência destas mulheres para o centro da questão, já que apenas guardar a vida destas mulheres por até três meses não se mostra suficiente.

Capítulo 3 - Aspectos Metodológicos

Quem lhe deu a verdade absoluta? Não há nada absoluto. Tudo se transforma, tudo se move, tudo revoluciona, tudo voa e vai...

Frida Kahlo

Fazer uma pesquisa amparada na fenomenologia é questionar as verdades absolutas e a possibilidade de haver um único caminho possível para a produção do conhecimento. Ao considerarmos que tudo se transforma, vamos de encontro ao pensamento metafísico vigente na ciência de que é preciso superar a fluidez do mundo e do pensar e estabelecer conceitos inquestionáveis. Para a fenomenologia é justamente através da aceitação desta fluidez que é possível conhecer. “Enquanto a metafísica fala de forma lógica de ser, a fenomenologia fala dos modos infindáveis de ser” (Critelli, 1996, p. 15).

Na tentativa de controle dessa relatividade e fluidez a metafísica constrói uma forma de se saber sobre o mundo calculando-o, porém, segundo Critelli (1996) essa forma de pensar não serve para o desvendamento do sentido da existência, pois “viver como homens é jamais alcançar qualquer fixidez” (p.16). Para esta autora, no pensamento heideggeriano as possibilidades de conhecimento estão subordinadas às possibilidades existenciais, pois, não se trata somente de um modo de pensar, mas, um modo de ser no mundo, de habitar o mundo, de instalar-se nele e de conduzir sua vida.

Enquanto para a metafísica o conhecimento é considerado válido apenas quando os conceitos são construídos a partir de parâmetros lógicos e com a garantia de privação da intimidade entre os homens e o mundo, para a fenomenologia ocorre o contrário, o conhecimento é possibilitado, exatamente, por meio da aceitação desta intimidade e envolvimento entre homem e mundo. Essa compreensão sempre ocorre de forma parcial e relativa (Frota, 2010).

O pesquisador que tem como embasamento a fenomenologia heideggeriana, também é compreendido como um *Dasein*, que é no-mundo-com-os-outros, portanto, é ontologicamente cuidado. E apesar da pesquisa não ser considerada usualmente como terapêutica, partimos do entendimento que a escuta feita a estas mulheres no contexto desta pesquisa pode ser entendida sim, como uma escuta clínica, se considerarmos todos os aspectos já apresentados acima.

Quando se pretende conhecer a experiência do outro, Dutra (2002) fala das contribuições do método de inspiração fenomenológica para acessar o fenômeno, pois, ao interrogarmos sobre sua experiência este “não se restringe somente a dar a conhecer os fatos e acontecimentos da sua vida, mas, significa, além de tudo, uma forma de existir com-o-outro; significa com-partilhar o seu ser-com-o-outro” (p. 377).

Ao realizar uma pesquisa fenomenológica não se busca a exatidão, já que esta exige que o objeto seja colocado de antemão como algo mensurável e, neste caso, os fenômenos relacionados à existência resistem à quantificação, não sendo esta uma preocupação, pois, como atentou Heidegger (1987/2009), “nem toda ciência rigorosa é necessariamente ciência exata (...) se há coisas que por natureza resistem à mensurabilidade, então toda tentativa de medir sua determinação pelo método de uma ciência exata é inadequada” (p. 172).

Ao falarmos de rigor aqui, destacamos que este é de natureza diferente do rigor apregoadado pelo positivismo. Entendemos que o rigor está relacionado à postura do pesquisador, que deve descrever o método utilizado com riqueza, detalhando o caminho que foi percorrido na realização da investigação.

Além de divergir com o pensamento metafísico na busca por uma verdade imutável, o pensamento de Heidegger (1927/2005) também rompe com a ideia dualista de que homem e mundo são elementos diferenciados. Dessa forma, o *Dasein* diferencia-se dos entes simplesmente dados, pois, enquanto o primeiro é cooriginário ao mundo, os entes estão no

mundo, mas destituídos de mundo. Mundo aqui é entendido como estrutura de sentido, contexto de significação, linguagem, sempre historicamente em movimento. E por possuir estas características o *Dasein* não possui uma essência determinada *a priori*, pois seu ser está sempre em jogo no seu existir. Portanto, o ser do homem nunca poderá ser objetivado (Sá, Mattar, & Rodrigues, 2006).

Foi baseado nesse entendimento sobre homem, mundo e verdade que esta pesquisa se concretizou e encontrou seu caminho. Pois, buscamos aqui olhar para a experiência destas mulheres que passaram por uma situação de pós-abrigamento, não com intuito de assegurarmos verdades absolutas e controlar todo o conhecimento sobre esse tema, mas, aceitando a provisoriedade da verdade e a fluidez do existir.

Heidegger em *Ser e tempo* (1987/2005, p. 57) fala que “a expressão fenomenologia diz, antes de tudo, um conceito de método”. Porém, método será pensado a partir do seu sentido etimológico como “caminho para”. Enquanto nas ciências naturais, o método é um caminho sistemático que, percorrido a partir de um mesmo ponto de partida, levará obrigatoriamente a um mesmo ponto de chegada. Na fenomenologia heideggeriana o método, é pensado como um caminho no sentido de uma trilha que se abre ao caminhar (Sá e matar, 2008).

Para Heidegger (1927/2005) fenomenologia diz “deixar e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se mostra, a partir de si mesmo” (p. 65). Ou seja, a aparência é o próprio fenômeno sujeito à produção de sentido dado por aquele que está em relação com o que se mostra. Na sua aparição, o fenômeno mostra-se carregado de todos os sentidos a ele atribuído, que se interliga à história, cultura, sociedade, da qual faz parte. Só que esse mostrar tem um modo específico de acontecer, que será nomeado por este filósofo como a *circunvisão*.

A manifestação do ser dos entes se dá em um círculo inesgotável de mostrar-se e esconder-se. Este movimento circular não pertence às coisas em si, mas, diz da sua forma de se manifestar, não possibilidade de representação. A fenomenologia compreende que deve poder interrogar as coisas sem retirá-las desse movimento de ocultar e revelar, de se mostrar como é e como não é. Já a metafísica considera a condição de ocultar como um erro, algo a ser corrigido, eliminado do processo, pois exige permanência daquilo que está se manifestando (Critelli, 1996).

3.1 - Círculo Hermenêutico de Heidegger

Na mitologia grega Hermes era cultuado como a divindade da comunicação, e entre outras coisas, era tido como o mensageiro dos deuses. A palavra Hermenêutica vem do grego *hermeneuein* e significa interpretar, explicar, portanto, o “uso do termo hermenêutica fez com que o seu sentido estivesse sempre relacionado à arte de interpretação” (Azevedo, 2013, p. 74).

Ao tratar de hermenêutica Heidegger pensa algo muito maior do que interpretar um texto, pois, para ele hermenêutica diz respeito à vida, ao existir. Para ele, todo desvelar o mundo é sempre interpretativo porque parte de uma existência. Como *ser-no-mundo*, já possuímos uma compreensão prévia dos fenômenos e é exatamente isso que nos permite compreender os fenômenos.

Para Heidegger (1997/2005, p. 204) “A disposição e o compreender caracterizam a abertura originária de *ser-no-mundo*”, ou seja, a compreensão não é algo que o *Dasein* possa escolher fazer em determinadas situações e em outras não, a compreensão é um existencial estrutural do *Dasein*. Da mesma forma a disposição afetiva citada por Heidegger influencia a nossa percepção sobre as coisas continuamente, ela nos dota de uma compreensibilidade anterior à dimensão cognitiva e da consciência.

Na pesquisa são as afetações do pesquisador e das suas relações com os outros homens que faz com que determinados temas recebam atenção em detrimento de outros. “O que se desvela não é o fenômeno em sua totalidade, mas umas das muitas possibilidades, a partir da relação que irá se estabelecer entre pesquisador e colaborador” (Maux, 2014, p.83). Essa forma de enxergar o lugar do pesquisador dentro da pesquisa de inspiração fenomenológica vai contra a posição de neutralidade de quem faz uma pesquisa nos moldes da metafísica.

Compreender, para Heidegger, significa “poder lidar com algo”. Dessa forma, a compreensão tem mais o sentido de um “situar-se no mundo” do que de um conhecimento (Ferreira, 2009). Dessa forma, o *Dasein* compreende e interpreta o seu ser o tempo todo. Para a pesquisa amparada na hermenêutica de Heidegger isso significa que estamos interessados em como o ser humano se situa no mundo, em como ela lida com o que vai ao seu encontro na sua existência.

E ao contrário do entendimento comum de compreensão e interpretação como etapas distintas, para o pensamento heideggeriano a interpretação está fundada existencialmente na compreensão, e não ao contrário, como é pensado na maioria das vezes. Interpretar para Heidegger (1927/2005, p.204) “não é tomar conhecimento daquilo que se compreendeu, mas elaborar as possibilidades projetadas na compreensão”.

A interpretação, na proposição heideggeriana, não acontece como uma forma de classificação apenas, como o próprio Heidegger (1927/2005, p. 206) nos diz, “ela não lança, por assim dizer, um “significado” sobre a nudez de algo simplesmente dado, nem cola sobre ele uma valor.” Pois pensar desta maneira iria contra a função de abertura da interpretação, na qual a compreensão já abriu uma conjuntura que a interpretação expõe.

Para entender melhor a interpretação, precisamos pensá-la a partir do círculo hermenêutico, como propôs Heidegger em *Ser e tempo*. Para ele a interpretação de algo se funda em três momentos fundamentais, que ele chamou de posição prévia, visão prévia e

concepção prévia. Apesar do filósofo não ter pensado estes conceitos para a pesquisa em Psicologia, ele oferece um caminho para o questionamento acerca do sentido do ser, pois, parte da ideia de que toda percepção, de qualquer coisa no mundo, já é compreensão e interpretação. Esta forma de pensar a pesquisa já vem sendo trabalhado pelo Grupo de Estudo Subjetividade e Desenvolvimento Humano (GESDH) em seus trabalhos de teses e dissertações, como Azevedo, (2013); Maux, (2014); Rebouças, (2010); Escórcio, (2016); Gomes, (2016), Catão, (2016), entre outros.

Sobre o uso do círculo hermenêutico da compreensão nas pesquisas fenomenológica Azevedo (2013) afirma:

(...) o entendimento da interpretação, portanto, compreensão, de que esta se estrutura numa circularidade e é composta de estruturas, torna-se uma grande contribuição para a realização de pesquisas dentro desse pensar filosófico. O que se dá pelo fato de a pesquisa poder ser interpretada como a possibilidade de construção de passos metodológicos na elaboração da compreensão e interpretação de um fenômeno (p. 87).

Estes três momentos do círculo hermenêutico nos ajudarão aqui a compreender os sentidos de estar no pós-abrigamento dado pelas participantes desta pesquisa. Sendo assim, é possível entender a Posição Prévia como as ideias iniciais da pesquisadora sobre o fenômeno. Isto acontece porque somos constitutivamente no-mundo, ou seja, o *Dasein* já está em meio a outros entes em relação de sentido. Na posição prévia eu já compreendo o contexto da pesquisa porque já estou e sempre estive nele. Eu só posso querer entender a violência contra a mulher porque esse fenômeno já existe para mim no meu horizonte, algo nela me afeta e me convoca a conhecer mais.

Na visão prévia faço um recorte sobre o que me veio ao encontro na posição prévia, ou seja, pouso meu olhar sobre o que quero interpretar, quais aspectos da experiência do pós-abrigamento me veio ao encontro e se tornaram interpretações possíveis.

Na Concepção prévia aparecem as conceituações a partir do que foi recortado, é a articulação entre o que eu trouxe de posição prévia com o que apareceu em contato com os colaboradores da pesquisa na visão prévia. Portanto esta forma de pensar a interpretação compreende que não se pode interpretar estando isento de pressuposições, pois o que também está em jogo são as afetações do pesquisador.

A concepção prévia não deve ser entendida como uma linha de chegada. Na circularidade compreensiva não significa que voltamos ao mesmo ponto, como um círculo vicioso. Pois “a interpretação já sempre se movimenta no já compreendido e dele se deve alimentar”, como num círculo virtuoso (Heidegger, 1927/2005, p. 209). Trata-se, portanto, de um movimento incessante, um contínuo vai e vem que nunca se fecha, sempre estamos compreendendo e encontrando novos sentidos ou até mesmo os encobrindo.

Partindo dessa forma de pensar e fazer pesquisa, procuramos, nesse estudo, compreender a experiência das mulheres que sofreram violência e passaram pela Casa Clara Camarão, como também desvelar quem são essas mulheres, suas histórias de vida e o que pensam sobre a condição em que vivem, a partir das estratégias descritas abaixo.

3.2 - Estratégias Operacionais da Pesquisa

- Participantes da pesquisa

As participantes desta pesquisa foram selecionadas a partir do Centro de Referência Elizabeth Nasser, este é o órgão que acompanha as mulheres que passaram pelo abrigo na cidade de Natal. Esta instituição disponibilizou o contato telefônico de oito mulheres para a realização da pesquisa, selecionadas entre as mulheres que estavam em pós-abrigo e que cumpriam os critérios de inclusão e exclusão traçados para esta pesquisa. Os critérios de

inclusão são: ter mais de 18 anos, ter passado pela experiência de abrigamento na Casa-Abrigo Clara Camarão e demonstrar interesse e disposição para participar do estudo. Quanto aos critérios de exclusão, não foram entrevistadas crianças ou adolescentes que tivessem sido abrigadas na Casa-Abrigo Clara Camarão, seja por proteção, ou por estarem acompanhando como filhos/dependentes de alguém que necessitou do serviço, já que o abrigamento é extensivo aos filhos das mulheres abrigadas.

Foi feito contato telefônico com as oito, no entanto, apenas três atenderam ao nosso contato e se disponibilizaram a comparecer para a realização da entrevista. Dentre estas eu selecionei duas entrevistas para serem analisadas em profundidade neste trabalho. A entrevista que não será utilizada neste estudo contém aspectos que também estão presentes nas outras duas entrevistas, portanto, não implicará em perda de conteúdos a serem discutidos no nosso trabalho.

Para a pesquisa de orientação fenomenológico-existencial heideggeriana esse número se mostra suficiente, uma vez que esta busca a compreensão do fenômeno investigado de forma independente da quantidade de indivíduos que participarão do estudo. Para Turato (2005), nos estudos de cunho qualitativo a preocupação com o número de sujeitos é impertinente, sendo este definido em campo. Enquanto nas pesquisas quantitativas é interessante um número grande de participantes, representantes com características do todo populacional, os estudos qualitativos são realizados com poucos sujeitos, representantes com características de determinada subpopulação. A pesquisa qualitativa, portanto, não se preocupa com a quantidade, mas com os sentidos e significados da experiência vivida pelos colaboradores do estudo.

- Caracterização do local da pesquisa

A minha inserção no Centro de Referência Elizabeth Nasser se deu através dos estagiários de psicologia da UFRN, que realizam estágio curricular na instituição. Uma das atividades realizadas por eles é um grupo denominado “As Margaridas”. Os encontros do grupo aconteciam semanalmente e cada ciclo durava quatro encontros. No final de cada ciclo, novas participantes eram convidadas a fazer parte do grupo. Participei de um ciclo do grupo como voluntária e tive a oportunidade de conhecer melhor o funcionamento do centro, as demandas trazidas pelas mulheres e o trabalho dos profissionais, o que me aproximou mais desta realidade.

Após o término do ciclo em que participei como voluntária no grupo As Margaridas, os profissionais me forneceram o telefone institucional e o espaço físico do centro para que fizesse contato com as mulheres. Após contato inicial por telefone era agendado um dia para realizarmos as entrevistas no próprio centro. Este período no qual estive participando das atividades do Centro e realizando a pesquisa compreendeu os meses entre agosto e dezembro de 2016.

Quando iniciei o período de encontros individuais com as participantes desta pesquisa no Centro de Referência, me foi disponibilizado a sala da psicologia para serem realizadas as entrevistas. Este local foi escolhido por se tratar de um espaço já conhecido pelas participantes e que atendia as condições de conforto, segurança, sigilo e privacidade exigidas neste procedimento. Todos os aspectos éticos foram cumpridos de acordo com o estabelecido pela comissão de ética em pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na qual esta pesquisa foi submetida e aprovada tendo o CAAE (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética): 62014116.8.0000.5537.

Durante o tempo que estive em campo foi possível identificar algumas dificuldades na realização do acompanhamento das mulheres no pós-abrigamento. Estas dificuldades envolvem questões de ordem práticas, institucionais e políticas. Um ponto a ser considerado é

a recente criação dessa política de assistência no estado e sua recente efetivação através do concurso da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS, realizado em 2016. Com a minha inserção no campo de pesquisa foi possível perceber que a maior parte da equipe estava iniciando os trabalhos na instituição e mesmo com o recente investimento no incremento do Centro, ainda havia déficit de profissionais, como um(a) advogado(a), um(a) segurança e uma pessoa responsável pela limpeza e manutenção do prédio.

Além destas faltas estruturais, as mulheres apresentavam pouca adesão ao acompanhamento no Centro de Referência, isso foi possível observar pela pouca participação nos grupos oferecidos enquanto eu estava na instituição para realização da pesquisa, e pelas recorrentes faltas nos atendimentos agendados pelos profissionais relatadas durante esse período. Entre os possíveis motivos citados pelos profissionais para essa pouca adesão está a dificuldade em falar sobre a violência sofrida após o ocorrido, vergonha por terem voltado à convivência com o agressor e a insegurança sentida por aquelas que temem que os agressores as encontre através do Centro.

A dificuldade em encontrar essas mulheres também foi observada durante a pesquisa; alguns contatos telefônicos não eram mais utilizados, outras marcavam a entrevista, porém, não compareciam ao encontro. A própria equipe me informou que essa dificuldade de acesso era muito comum e que também acontecia nos seus atendimentos.

- Entrevista-narrativa e diário de campo

Critelli (1996) ao falar sobre a investigação que se ampara no pensamento de Heidegger, diz que qualquer recurso instrumental pode servir ao intuito da interrogação. Para ter acesso à experiência de pós-abrigamento foram realizadas entrevistas-narrativas individuais, partindo de uma pergunta disparadora que interroga sobre a experiência de sair do abrigo na Casa Clara Camarão após risco iminente de morte.

Dutra (2002) aponta a narrativa como um recurso metodológico apropriado aos estudos que se fundamentam nas ideias fenomenológicas e existenciais. Segundo a autora, através da narrativa podemos nos aproximar da experiência, tal como ela é vivida pelo narrador. Essa modalidade mantém os valores e percepções presentes na experiência narrada, contidos na história do sujeito e transmitida naquele momento para o pesquisador. Não se trata de informar sobre a sua experiência, mas contar sobre ela, havendo espaço para que o outro a escute e a transforme de acordo com a sua interpretação.

Critelli (1996), ao retomar o pensamento de Heidegger, aponta que é através da narrativa que aquilo que é desvelado é conservado; é através da linguagem que o que foi desvelado pode ser conservado. Para esta autora “a palavra acolhe, guarda, conserva e expõe o ser. Fora das palavras, as coisas podem até mesmo estarem por aí, mas não são *o que são e como são* (grifo da autora).” (p. 76).

Outro recurso adotado foi um diário de campo, com o objetivo de registrar as impressões pessoais do pesquisador a cada encontro. Sobre utilizar também a narrativa do pesquisador, Macêdo e Caldas (2011) afirmam que esta permite o acesso à experiência intersubjetiva vivida por ele na relação com o(s) sujeito(s) da pesquisa, o que contribui para a recuperação do sentido da experiência. Dessa maneira, esse instrumento já apresenta aquilo que é resultado da própria pesquisa no relato do pesquisador, propiciando uma compreensão hermenêutica da experiência.

Além de ajudar com o registro dos encontros diretos com as participantes da pesquisa, este recurso possibilitou os registros das visitas a instituição, o contato com os profissionais de lá e com as participantes do grupo As Margaridas, que apesar de não serem mulheres que atendiam ao critério de inclusão da pesquisa, me forneceram informações valiosas sobre a experiência de violência, a dinâmica das instituição e dos profissionais.

- Análise dos dados

Sobre a análise dos dados, autores como Gibbs (2008), diferenciam a pesquisa qualitativa das demais, pois, não há separação entre conjunto de dados e análise de dados. A análise pode e deve começar ainda em campo. Ações como gerar notas de campo e ter um diário são formas de coletar dados e iniciar a análise; sendo assim, não é preciso esperar até sua primeira entrevista ou saída de campo para começar. Se as perguntas originais tiverem pouco sentido à luz das perspectivas das pessoas estudadas elas podem sofrer alterações durante a pesquisa.

Todavia, na tentativa de sistematizar o trabalho realizado, sinalizamos que a análise das entrevistas ocorreu a partir das seguintes etapas: transcrição das entrevistas, leitura do conteúdo das entrevistas e das impressões constantes no diário de bordo, diálogo com as referências concernentes à temática e à perspectiva teórico-metodológica, elaboração do texto interpretativo. Essa forma de pensar a análise dos dados foi adaptada de outros trabalhos que se inspiram na fenomenologia de Heidegger tais como Azevedo (2013) e Maux (2014).

Dizer que as entrevistas foram analisadas à luz da hermenêutica heideggeriana, significa que ao pensar os dados não há uma busca pela veracidade ou validade em todos os contextos, uma vez que Heidegger entende a verdade como *aletheia*, do grego, que significa desocultamento, desvelamento. Ou seja, neste processo considera-se que o que aparece é diferente para cada olhar (Frota, 2010). Pois, analisar não significa somente decompor um todo em suas partes, o que pode ser feito apenas operando-se com representações conceituais. Analisar, neste trabalho, implica um modo de atenção, como nos relacionamos com o que veio ao nosso encontro.

Capítulo 4 - Construindo um solário para a experiência de mulheres em pós-abrigamento

(...) A cidade em romaria
Foi beijar a sua mão
O prefeito de joelhos
O bispo de olhos vermelhos
E o banqueiro com um milhão

Vai com ele, vai, Geni!
Vai com ele, vai, Geni!
Você pode nos salvar
Você vai nos redimir
Você dá pra qualquer um
Bendita Geni!

Foram tantos os pedidos
Tão sinceros, tão sentidos
Que ela dominou seu asco
Nessa noite lancinante
Entregou-se a tal amante
Como quem dá-se ao carrasco

Ele fez tanta sujeira
Lambuzou-se a noite inteira
Até ficar saciado
E nem bem amanhecia
Partiu numa nuvem fria
Com seu zepelim prateado

Num suspiro aliviado
Ela se virou de lado
E tentou até sorrir
Mas logo raiou o dia
E a cidade em cantoria
Não deixou ela dormir

Joga pedra na Geni!
Joga bosta na Geni!
Ela é feita pra apanhar!
Ela é boa de cuspir!
Ela dá pra qualquer um!
Maldita Geni!

Geni e o Zepelim
Chico Buarque

Neste capítulo gostaríamos de poder ser abrigo para as experiências das mulheres que participaram desta pesquisa. O abrigo que nos referimos é no sentido de solário, assim como abrigo é pensado no seu sentido original, de *apricus*, que expõe ao sol. Desta forma, pretendemos trazer à luz a experiência de mulheres no pós-abrigamento na cidade de Natal, este é um momento significativo para as políticas de proteção, mas que possui ainda pouca visibilidade dentro dos documentos norteadores.

Para ajudar a preservar a identidade das colaboradoras deste estudo ocultaremos dados que possibilitem a sua identificação. Dessa forma, utilizaremos nomes fictícios para as nossas participantes, estes nomes foram escolhidos seguindo o caminho da Casa-Abrigo⁴ e do Centro de Referencia⁵, que homenageiam grandes mulheres potiguares que se destacaram nas mais diversas áreas e que abriram espaço para a expressão das mulheres dentro da sociedade.

Após a apresentação das participantes da pesquisa, irei estruturar o texto interpretativo separando-o em três partes, pois antes ao falar do pós-abrigamento, as participantes se remetiam a dois momentos anteriores; a descrição da sua vida e da situação de violência (primeira parte), o momento na Casa-Abrigo Clara Camarão (segunda parte) e a partir desses dois momentos articularam suas experiências no pós-abrigamento (terceira parte). Dessa forma, adotei a mesma estrutura na organização do texto para tecer minhas reflexões.

⁴ **Clara Camarão** foi uma indígena brasileira, proveniente da tribo potiguar. Viveu no século XVII e se destacou por participar de batalhas na expulsão dos holandeses do território brasileiro. Ela liderou um pelotão formado só por mulheres, chamado de “Heroínas de Tejecupapo”. Ao que tudo indica era habito entre alguns indígenas, que as mulheres acompanhassem seus pais e maridos tanto nos tempos de guerra, como nos tempos de paz.

⁵ **Elizabeth Nasser** é antropóloga, professora, poetisa e militante do movimento de mulheres potiguar desde 1978. É, atualmente, presidente do Grupo Autônomo de Mulheres (GAM).

4.1 - Nísia⁶

Nísia tem 35 anos, trabalha em um salão de beleza e possui curso superior incompleto. Está em um relacionamento com seu companheiro há 19 anos, que também é seu agressor. Eles estão juntos desde os seus 16 anos e eles têm dois filhos dessa relação, uma adolescente de 16 anos e um menino de 6 anos. Logo no início da entrevista ela informa que está convivendo novamente com o seu agressor. Nísia relata que sua relação é marcada por mentiras, traições e situações de violência, porém, por não ter sofrido agressão física, encontra dificuldades para receber apoio da família e de pessoas próximas, sendo esse um dos motivos de ter retornado a convivência com o marido.

Apesar dos problemas da relação existirem há anos, Nísia conta que a situação se agravou quando ela tentou se separar do companheiro, após descobrir que mesmo cumprindo pena em regime fechado, ele recebia visita íntima de outra mulher na penitenciária, e que esta mulher acabou engravidando dele nesse período. O seu marido cumpria pena de um crime que havia cometido treze anos atrás e que só agora havia sido julgado. Apesar de ter apoiado o marido inicialmente, a descoberta da gravidez fez com que Nísia voltasse a morar com os pais. Nesse período ela inicia uma nova relação amorosa, que tem duração breve, mas, foi tempo suficiente para iniciar as ameaças do seu agressor.

A situação começou a se agravar quando ele ainda estava no presídio e tentava exercer seu controle através dos telefonemas feitos de dentro da prisão. Quando ele consegue ir para prisão domiciliar os conflitos se intensificam ao ponto de Nísia ter seu telefone celular

⁶ Homenagem a **Nísia Floresta**, que foi uma pioneira do feminismo no Brasil por ter publicado vários textos em jornais e escrito livros em defesa dos direitos das mulheres, seus feitos se tornam ainda mais especiais se considerado o que era esperado de uma mulher do seu tempo, uma sociedade patriarcal, escravocrata e recém-saída da condição de colônia. Apesar do seu reconhecimento, Nísia Floresta não passou imune aos problemas relacionados à condição de ser mulher, casou-se aos 13 anos e mesmo o casamento tendo durado poucos meses, trouxe dificuldades para a vida de Nísia anos mais tarde, quando teve um segundo relacionamento. Inconformado o primeiro marido ameaçou processá-la por adultério e abandono de lar. Sendo especulado que este seria um dos motivos da mudança repentina da família para o sul do Brasil em 1832.

quebrado no seu ambiente de trabalho por motivos de ciúme. Nessa mesma ocasião, ele a ameaça de morte, sendo esse o estopim para que Nísia realize a denúncia. Na delegacia, ela é orientada a buscar abrigo com familiares em outras cidades ou ir para a Casa-Abrigo Clara Camarão. Diante da situação de ameaça e de não se sentir confortável em buscar refugio na casa de familiares, Nísia concorda em ser abrigada, e é encaminhada da delegacia para a Casa Clara Camarão com seu filho mais novo, enquanto a filha mais velha fica na casa da avó materna.

4.2 - Débora⁷

Débora tem 43 anos, tem ensino médio completo, trabalha como manicure na sua própria casa, onde pode conciliar esta atividade com os cuidados ao seu filho mais novo (19 anos) que possui síndrome de down e diagnóstico de autismo. Além do filho mais novo tem outros dois filhos de 23 e 22 anos que não moram com ela.

Débora já foi abrigada duas vezes, uma em 2008, quando sofria violência do seu primeiro marido, com quem estava junto há quinze anos; o marido também direcionava as agressões aos filhos que na época da separação tinham entre 14 e 9 anos. Para se proteger, ela ficou seis dias abrigada, até que o agressor foi afastado da residência do casal pela polícia para que ela ficasse na casa com os filhos após o abrigamento.

O segundo abrigamento ocorreu em 2011, desta vez ela ficou um mês e quinze dias abrigada. O agressor era o seu atual companheiro amoroso com quem ela mantém até hoje um relacionamento, somando oito anos juntos até o momento da entrevista. Porém as agressões não se encerraram após o abrigamento e por isso ele já foi preso duas vezes, a primeira vez passou oito dias e na segunda vez 33 dias, sendo liberado após o pagamento da fiança. A prisão do seu agressor tem sido o recurso utilizado recentemente por Débora, pois, o

⁷Homenagem a **Débora Seabra**, a primeira professora com síndrome de Down no Brasil. Além disso, é atriz, escritora e ativista pelos direitos de pessoas portadoras de necessidades especiais.

abrigamento não é uma opção viável pra ela, agora que seu filho mais novo já tem mais de 18 anos, se tornando um impedimento para ela, já que ele tem síndrome de down e ela é sua principal cuidadora.

Nos dois relacionamentos descritos por Débora, ela conta que as agressões duraram anos e que trouxeram consequências negativas para sua vida, mas a maior parte do tempo da entrevista é utilizada por Débora para falar sobre o segundo agressor. Ainda que o primeiro relacionamento tenha durado mais tempo, a separação aconteceu logo após o abrigamento, sendo respeitado com menos resistência pelo seu primeiro marido o que havia sido determinado pela justiça. Já o segundo relacionamento, apesar de ter menos tempo de duração que o primeiro, mobiliza mais a participante da pesquisa, no momento da entrevista eles estavam morando juntos novamente.

As agressões acontecem de várias formas, desde relações sexuais forçadas, ameaças, destruição do seu patrimônio como celular, cama e outros objetos, ciúmes em relação aos outros homens. Ele tenta isolar Débora dos familiares, amigos, até mesmo os clientes que costumam ir até a casa dela em busca dos serviços de manicure.

As entrevistas das duas participantes serão analisadas juntas, pois, até mesmo os pontos nos quais divergem trarão contribuições ao serem pensadas paralelamente. Em relação aos pontos em comum vemos no breve perfil apresentado acima que as participantes da pesquisa têm características semelhantes. São mulheres adultas, que estão em um relacionamento com seu agressor há vários anos, com mais de um filho e ambas trabalham como manicure.

4.3 - A mulher idealizada: do impessoal à solidão

No primeiro capítulo deste trabalho, falamos sobre a construção das idealizações dos comportamentos das mulheres ao longo da história, e apesar das mudanças ocorridas durante

os séculos, os padrões em torno da mulher como esposa, dona de casa, mãe e submissa à figura masculina sempre estiveram presentes nos diversos contextos apresentados.

Estes aspectos irão se relacionar com a abertura do *Dasein*, ou seja, o homem é constitutivamente um *ser-no-mundo*, e por ser sempre abertura, ele é seduzido o tempo todo a atender as demandas que lhe vêm ao encontro. A divulgação do amor romântico apresentado nos filmes, novelas e nos contos de fadas às meninas ainda na infância irão influenciar a construção do que é ser uma mulher e como ela deve se relacionar amorosamente.

Tentar atender estas expectativas externas é ao mesmo tempo cair no impessoal, é fechar a abertura do *dasein*, no entanto, este velamento pode ser rompido, e a disposição afetiva que mais irá propiciar esse desbloqueio para Heidegger (1927/2005) é a angústia. No caso das participantes desta pesquisa, observamos que viver uma relação amorosa com violência possibilitou questionar essas orientações dadas pelo mundo, de que casamento é sinônimo de final feliz, como podemos ver na fala de Nísia e Débora:

“Ai eu disse para minha mãe que eu não vou mais viver assim, tanta coisa que eu já passei tanta coisa que eu já aguentei, e agora vou ter que aguentar ele dizer que quer me matar, e pode acontecer de fazer, aí eu fui e prestei queixa dele.” (Nísia).

“Eu não queria mais, eu não estava aguentando mais ele perto de mim. Aquela raiva, aquele ódio! Ele queria transar comigo à força, ele me batia, me judiava e queria transar comigo à força.” (Débora).

“Quando eu era pequena eu dizia, eu quero ter meus filhos, minha casa, meu marido, e aí não é do jeito que a gente pensa, não é só você ter seu marido ter sua casa e viver feliz para sempre.” (Nísia).

Ao se depararem com as ameaças dos seus maridos, Nísia e Débora entram em contato com outras possibilidades, diferentes do amor romântico que elas haviam aprendido na infância, nessa relação o que aparece é o sentimento de posse dos seus companheiros

amorosos sobre elas. Com as ameaças de morte concretas, as participantes dessa pesquisa se aproximam do seu caráter de finitude ontológica e ôntica. Para Heidegger (1927/2005) é justamente diante da possibilidade de não mais existir que a angústia se apresenta. Como nos diz Sá (2015, p.51), “na angústia a existência é arrancada das ocupações com os entes intramundanos para a livre abertura em que se dá o mundo como tal”. Neste sentido, o angustiar-se gera um sentimento de estranheza, de não sentir-se em casa, indicando a possibilidade de ser de outra forma para o *Dasein*.

É a partir dessa experiência de violência dentro dos seus relacionamentos e de intenso sofrimento que Nísia e Débora rompem com seus projetos construídos no impessoal da mulher como que tudo suporta em nome do amor e buscam alternativas. Porém, a angústia como desveladora da nossa finitude e abertura para sentidos mais próprios é raro na existência cotidiana, pois, o que predomina, em geral, é a experiência imprópria (Sá, 2015). Em muitas situações, ao tentar atender a determinadas expectativas e normas sociais, ou seja, em um modo impessoal de existir, que as mulheres se veem presas em relacionamentos abusivos por longos anos. A violência vai, assim, se perpetuando por gerações, como um modo de se relacionar, de *ser-com-o-outro*. Isso aparece novamente a partir da fala de Nísia:

“Eu vi minha mãe algumas vezes chorar, eu entendia que ela chorava pelos cantos de parede porque havia brigado com meu pai e eu levei isso pra mim.” (Nísia).

Nísia, assim como sua mãe, executa papéis que são esperados de mulheres, mães e esposas da sua época. Mesmo que vivenciem situações de violência, isto é velado, é feito pelo canto das paredes, o que elas tornam público é uma relação bem sucedida, dentro do que é esperado para um casamento, a partir da sua cultura e do mundo compartilhado por elas. Ou seja, mesmo em situações de violência as mulheres são ensinadas que devem manter esse fenômeno dentro do ambiente doméstico, escondido e ao mesmo tempo, protegidos de receberem críticas e intervenções, como podemos ver no trecho a seguir:

“Eu passei muito tempo vivendo de aparências, a gente passava um mês sem se falar dentro de casa e quando a gente passava na rua era como se nada tivesse acontecido, então é muito difícil hoje pra mim porque as pessoas não entendem, ‘ah, mas vocês viviam tão bem’, mas não era tão bem.” (Nísia).

Enquanto a angústia nos singulariza, no impessoal estamos em sintonia com o mundo e com os outros. Apesar de ter um preço alto, viver no impessoal é viver sem precisar escolher, isso é, no impessoal estamos distante das responsabilidades desta escolha, por isso é possível que o *Dasein*, em muitos momentos, permaneça velado para si mesmo. Isso acontece de maneira tal, que as próprias mulheres repetem e reforçam as ideias patriarcais, nas quais elas são tidas como inferiores e menos merecedoras de condições igualitárias de vida, pois esse é o mundo que as atravessa e que dessa maneira contribui para a construção das suas tramas de significados, como nos mostra Nísia no trecho a seguir:

“Às vezes eu deixava de comer para deixar pra ele ter uma melhor situação, o pedaço de carne mais bonito era o dele.” (Nísia).

A expressão dos diferentes modos como tratamos homens e mulheres na nossa sociedade se apresentam sutilmente no cotidiano desde as coisas mais banais, como a divisão de um pedaço de carne durante uma refeição ou, através da aceitação de determinadas formas de violência. A todo tempo, as pessoas ao nosso redor nos demandam determinados comportamentos, e exercem o papel de controle sob a mulher, como presente na fala de Nísia:

“A minha família não era a favor do que eu fiz (a denúncia), porque eles achavam que por ele não me agredir, porque ele não me agrediu fisicamente, ele me agrediu materialmente e verbalmente só.” (Nísia).

Pela manutenção do casamento, as situações de violência são relativizadas e até certo ponto permitidas. Mesmo que exista uma legislação que orienta todos a respeito das formas de violência, no cotidiano a expressão da violência contra a mulher se naturaliza a ponto de não

ser mais vista como importante por aqueles ao redor dela. E ao tentar romper com esta situação, as mulheres encontram resistência por estarem quebrando padrões construídos durante séculos.

Em relação a temas que possuem posições mais conservadoras como a sexualidade da mulher, que ainda é tabu numa sociedade fortemente cristã como a nossa, a força das orientações compartilhadas se mostra. Nesse momento, os vizinhos, parentes e amigos contribuem na vigilância para defender a moral da boa família e representam o papel de vigilantes do casamento, do status de uma vida feliz a dois, que deve ser o destino de toda mulher. Isso fica muito claro na fala de Nísia e Débora ao relatarem as dificuldades em retomar suas vidas depois do rompimento dos seus casamentos pela situação de violência, como pode ser visto a seguir:

“Se eu fosse pra uma festa ou pra algum evento, ou se eu fosse pra praia, eu estava com alguém, eu estava me prostituindo, eu estava fazendo alguma coisa de errado.” (Nísia).

“Aí eu não ia pra casa dos meus pais com três filhos, porque quando eu saí da casa dos meus pais eu saí uma moça.” (Débora).

Débora nos traz a impossibilidade de não poder voltar para a casa dos pais por já não ser mais virgem, o que seria mal visto pelos outros, até mesmo pela sua família. E qualquer outra atividade que esta mulher queira realizar, que vá de encontro ao padrão da mulher “bela, recatada e do lar”, como apresentado por Nísia, tais como ir à praia ou uma festa, também será visto pelas pessoas ao seu redor como ameaçador e errado.

Enquanto a mulher vê suas possibilidades se restringirem ao sair de uma relação abusiva, o homem continua possuindo o pleno direito de seguir sua vida e expressar sua sexualidade. O que é esperado e tolerado pela sociedade em relação ao homem é justamente o oposto, ele deve se mostrar viril e apto a manter relações sexuais com várias mulheres ao

mesmo tempo, inclusive quando está comprometido com uma relação monogâmica, como nos apresentam as participantes desta pesquisa:

“Ele sempre me traiu, ele sempre me enganou, na questão dele praticar os crimes que ele praticou, de ter outras pessoas, conviver com outras pessoas e comigo, de ter outros filhos enquanto estava comigo.” (Nísia).

“Ele é um homem mulherengo, conhecido. Quando eu o conheci, era eu e mais quatro mulheres, comigo eram cinco. Só que eu não sabia, eu fui descobrindo.” (Débora).

Enquanto a infidelidade do homem é aceita como algo natural e permitido, as mulheres são julgadas de outra maneira, essa diferença no tratamento dos comportamentos amorosos de homens e mulheres apesar é uma herança patriarcal que foi inclusive assegurada até recentemente pelas leis brasileiras como apresentado no primeiro capítulo deste trabalho. Sendo assim, a possibilidade das participantes desta pesquisa se relacionarem com outras pessoas ou até mesmo com suas amigas e pessoas do seu meio é visto como ameaçador pelos seus agressores, pois, ainda se perpetua o pensamento que a mulher cabe apenas o ambiente doméstico e ao homem o espaço público, como vemos abaixo:

“Quando estava próximo dele sair eu me envolvi com uma pessoa, eu saí duas vezes com essa pessoa e quando ele saiu (...) acabou descobrindo e foi daí que gerou todas as confusões porque ele dizia se pegar eu mato” (Nísia).

“Porque ele não quer que eu fale com homem, ele não quer que eu tenha contato com amiga, ele tem ciúme. Ele tudo inventa, ele diz que as minhas amigas são vadias, fica botando defeito, sabe?” (Débora).

Mesmo quando as mulheres não estão numa relação com seus agressores, eles continuam a se relacionar com elas através do controle e da dominação, as mulheres são vistas como posse dos seus companheiros amorosos. Sá, Mattar e Rodrigues, (2006) nos dizem que é na tentativa de obter segurança, no apego ao outro que se busca controlar, o homem desvela

a si próprio e ao outro como “fundo de reserva” disponível ao uso. Este modo de se relacionar nos remete assim à determinação instrumental da técnica, ao desvelar-se a si e ao outro como meios para um fim, como um instrumento.

Na nossa época, o *Dasein* está sempre referido a um contexto de significância, mundo, em que predomina o uso ou utilidade como modo mais imediato de se relacionar com os outros entes, este é o modo da ocupação. Vemos então, os agressores de Débora e Nísia reduzindo o *ser-com-o-outro* ao mundo das ocupações, empenhando-se no controle, na certeza e na segurança. Nesse modo mediano de “cuidado”, imperam a dependência e a dominação, ainda que não apropriadas tematicamente e encobertas por discursos impessoais de valorização dos “afetos” e da “necessidade do amor” (Sá et al, 2006).

A partir do exposto, observamos que a experiência de ser homem e ser mulher se articula com os sentidos compartilhados no mundo. E viver atendendo estas orientações do mundo é considerado num pensamento heideggeriano como viver no modo impessoal. Porém, as orientações do mundo, apesar de possuírem seu peso na experiência do *Dasein*, não são suficientes para determinar sua existência. É justamente buscando se aproximar do sentido atribuído por cada mulher a suas experiências que podemos nos aproximar deste fenômeno sem a pretensão de capturá-lo completamente. Isto fica mais evidente ao ouvirmos como estas mulheres se relacionam com suas condições materiais e financeiras.

A insegurança em assumir a provisão do lar e dos filhos é comumente encontrada em outras pesquisas como o que justificaria a manutenção das mulheres às situações de violência. Esse motivo é coerente com a realidade do mercado de trabalho no mundo todo, que ainda apresenta resistência à entrada das mulheres, principalmente nos cargos de chefia e com maiores salários. Mesmo quando as mulheres ocupam cargos equivalentes, elas recebem remuneração inferior aos homens (Santos & Oliveira, 2010 e Moreira, Boris & Venâncio, 2011).

No caso de Nísia, a ideia de homem como provedor e a impossibilidade dela arcar financeiramente com seu sustento e dos seus filhos aparece em sua fala. Esta é uma preocupação também da sua família, que vê a continuidade do processo e consequente prisão do agressor, como uma ameaça para o sustento deles:

“Minha família indagou que eu tinha que parar com o processo, porque ele era um bom pai, porque se ele fosse preso quem iria sustentar as crianças, porque era ele quem pagava escola, pagava plano de saúde, pagava alimentação. E quem era que ia pagar? Como era que ia fazer? Aí eu parei o processo.” (Nísia).

Já para Débora, mesmo as dificuldades financeiras estando presente no seu horizonte, ela se coloca frente a isto de outra maneira e consegue romper com a relação com o seu primeiro marido, como podemos ver no trecho seguinte:

Eu tinha muito medo de me separar e de passar fome! Porque ele tinha um bom salário, a gente tinha uma vida boa, a gente vivia bem confortável. Aí eu disse: ‘Quer saber de uma coisa?! Os meninos já tão criado, morrem mais não’ Aí eu peguei e resolvi me separar.” (Débora, casamento 1).

Se estivéssemos tentando encontrar regras gerais para entender a continuidade da mulher na relação amorosa, poderíamos pensar, como é feito no senso comum, que a culpa então é da mulher que se apoia na dificuldade financeira como desculpa para não sair da relação de violência, já que algumas mulheres conseguem e outras não. Esse pensamento equivocado pode levar a conclusões do tipo, que apenas através do “empoderamento” feminino somos capazes de combater a violência, o que é uma responsabilização da mulher pela situação de violência.

O fortalecimento da mulher é, sem dúvida, uma ação importante de ser feita e emponderar mulheres não deve ser visto como problema. No entanto, ao pensar que esta é a única forma de enfrentamento da violência estaremos desconsiderando que este é um

fenômeno complexo e que se dá sempre em relação, com o outro e com o mundo, por isso, difícil de ser determinada. No caso de Débora, o fim da relação de violência ocorreu mesmo ela não tendo recursos financeiros suficientes para arcar com esta decisão. Enquanto isso, na relação com seu segundo companheiro o inverso acontece. Mesmo sendo a principal provedora do lar, ela não consegue romper com o ciclo da violência, como vemos a seguir:

“A casa é minha, é tudo meu. A casa, a moto, é tudo meu, tudo, tudo, tudo, tudo meu. Eu não dependo dele pra nada, eu não dependo. Eu não dependo de dinheiro dele de jeito nenhum (...). Mas já estou pensando em sair (da própria casa) de novo com medo dele”.
(Débora - casamento 2).

Fornecer condições igualitárias no mercado de trabalho para promover mais autonomia financeira para as mulheres continua sendo extremamente importante, mesmo que isso não seja o único fator que influencia a continuidade de uma relação violenta. Porém, se nos apegarmos apenas ao discurso de que a mulher não sai da situação de violência por causa da dependência financeira, nos fechamos para ouvir a experiência singular de cada mulher e a partir daí compreender melhor seu contexto de significação.

No caso de Débora, ao tentar sair da sua segunda relação de violência, usando as mesmas estratégias que usou para sair do primeiro casamento (denúncia, abrigo e medida protetiva), encontrou outros resultados. O seu atual companheiro se relaciona com ela e com os recursos legais que ela dispõe de outra maneira. Sendo assim, mesmo que conheçamos os fatores envolvidos nesse contexto, eles não funcionam de forma mecanicista. Ou seja, não existe uma fórmula para combater a violência, de maneira que possamos juntar uma quantidade de fatores, e com essa soma chegaremos sempre ao fim da violência como resultado final.

Até agora, através do relato de Débora e Nísia, foi possível perceber que o controle da mulher se dá muitas vezes de forma velada, ele se mistura aos costumes de uma determinada

época e local e o tomamos quase como natural. O discurso que diz “homem é assim mesmo”, vai disseminando a mentalidade machista presente no nosso horizonte histórico e se expressa até na divisão dos alimentos. Mas, em outros momentos, a ação ou omissão das pessoas ao redor da mulher em situação de violência deixa evidente os seus posicionamentos, o que intensifica o sentimento de isolamento e inadequação delas.

“Meu irmão mais velho me disse assim: ‘você não quer mais continuar com ele, não quer ficar com ele, mas, a gente não tem nada contra ele. O seu problema é seu e dele’.” (Nísia).

“Inclusive eu cheguei a ter alguns conflitos com minha mãe e com meu pai porque ele completou ano e minha mãe o presenteou (o agressor)” (Nísia).

“Eu nunca envolvo minha família nesse negócio de justiça e no meio dele. (...) Se eu tivesse umas pessoas assim que me desse apoio, que eu visse que tivesse coragem, tá entendendo? Eu já tinha me libertado desse homem.” (Débora).

“Meu Deus, eu estou dando murro em ponta de faca. Eu estou lutando contra o mundo sozinha.” (Nísia).

O ditado que diz “em briga de marido e mulher não se mete a colher” reflete a noção do senso comum do casamento como algo que deve ser mantido a todo preço, uma ideia que foi construída e mantida durante vários séculos e que promove muitas vezes a submissão da mulher enquanto é vendido como final feliz nas novelas e filmes. Essas ideias compartilhadas influenciam na forma das mulheres e das pessoas ao seu redor lidarem com o fenômeno da violência. Ao tentarem romper com a relação de violência, elas deixam de se encaixar nas expectativas da mulher que é “só perdão”, que tudo suporta em nome da família e do casamento. Ocupar esse novo lugar, que se distânciava das expectativas do pessoal as aproxima, no caso das participantes desta pesquisa, do isolamento e da solidão.

A mulher que denuncia o seu marido/agressor e rompe o ideal do casamento como final feliz é considerada uma ameaça àqueles que sustentam suas existências nessa crença. Esse sentimento de inadequação é presente tanto ao se relacionar com a família e amigos, como pela forma que elas são acolhidas pelas instituições as quais pedem auxílio, como veremos no próximo tópico.

4.4 - Casa-Abrigo: gaiola ou solário?

Através da experiência das participantes desta pesquisa foi possível perceber que apesar das qualidades do abrigamento e do reconhecimento da importância deste local para aquele momento de violência, este mobilizava nelas o sentimento de aprisionamento. Essa sensação se relacionava diretamente com os aspectos de restrição que esse local apresenta, como descrito por Débora:

“Não gostei muito (da Casa-Abrigo), porque foi muito custoso, demorado (...) a pessoa fica presa, muito preso, só vê o dia se for para o quintal, é tudo preso, é tudo preso. Assim, a pessoa fica que não aguenta né, só aguenta porque é o jeito (...). Fiquei longe da minha casa, da minha família, não tem contato com ninguém.” (Débora).

Apesar de reconhecerem a importância da Casa-Abrigo, as mulheres dizem, em seus relatos, da incapacidade de serem abrigadas totalmente. Partindo de uma leitura heideggeriana, podemos pensar que nesse espaço é possível abrigá-las como entes, coisas, mas não com suas existências, ou seja, como *Dasein*. O abrigo aqui perde o seu sentido original de *apricus*, solário, como local que abriga e acolhe para fins terapêuticos, sem separar quem recebe cuidado do mundo externo. No solário, a exposição ao sol é a condição pela qual se dá a possibilidade de uma terapia, já na Casa-Abrigo, esse sentido se inverteu, encarcerando a mulher para poder protegê-la. Por possuir essa condição, o abrigamento exige da mulher uma cisão com tudo que foi construído por ela até aquele momento. Portanto, ao

sair deste local a noção de abrigo como prisão se torna ainda mais evidente, como nos diz Débora:

“Ah, muito feliz, parece assim, que eu saí de uma casa, de uma gaiola”. (Débora)

Colocar em isolamento a mulher que sofre agressão, enquanto aquele que é autor da violência continua livre, se mostra um contrassenso. No entanto, o encarceramento dos seus agressores também não se mostra suficiente para garantir a estas mulheres a sensação de liberdade.

“Porque ele conseguiu um celular dentro do presídio e ele me ligava direto eu na sala de aula e ele cronometrava meu telefone. Que horas eu saia da faculdade então tinha que ir falando com ele dirigindo até chegar em casa.” (Nísia).

“Quando ele foi preso ele me procura já dentro da delegacia mesmo, ele me procura (...) mesmo ele lá preso. eu tenho medo dele mandar alguém fazer (matá-la)”. (Débora)

Vemos então que o sentimento de aprisionamento não está relacionado apenas com o estar dentro de um local fechado. A prisão que as mulheres entrevistadas relatam é no sentido de restrição de possibilidades, de controle do outro sobre as suas vidas, como nos diz Nísia:

“Eu não conseguia sair do meu lugar, ou seja, era como se eu estivesse presa a uma situação e eu não conseguisse viver (...). Porque continua naquela, parou de me ameaçar de morte, ficou com medo, realmente não se aproximou mais de mim, porque entrou medida protetiva de cem metros, mas, eu não tenho mais vida. Eu saia pra ir à esquina, ele sabia que eu estava na esquina. Eu saía para ir ao shopping com as amigas ele sabia que eu estava no shopping, se eu estava no salão ele sabia que eu estava no salão, então meus passos eram vigiados 24 horas.” (Nísia).

Partindo destes relatos, o sentido de estar protegida, não se refere a estar entre paredes ou grades, diz da possibilidade de ter autonomia sobre si, ou seja, o resgate do seu poder-ser, poder escolher, construir suas vidas da forma que desejarem, habitando suas escolhas. O

habitar para Heidegger assume um sentido de demorar-se junto ou de acostumar-se a algo, ou ainda um sentido de cultivar. Para ele só podemos habitar aquilo que construímos.

O traço fundamental do habitar é esse resguardo. O resguardo perpassa o habitar em toda sua amplitude e, isso, no sentido de um de-morar-se dos mortais sobre essa terra. (Heidegger, 1954/2012, p. 129).

Para Saramago (2011) o habitar, como proposto por Heidegger, trata-se de uma forma de proximidade que se define antes de tudo pela permanência junto aos entes em geral, permanência esta que concede ao *ser-no-mundo* uma espécie de amparo, certa familiaridade calcada no conforto do que é sempre o mesmo.

Enquanto estão sob o domínio do outro a sensação de estarem desabrigadas, desprotegidas é o que aparece em suas falas. Ao estarem numa Casa-Abrigo onde estão apartadas das suas existências, é estar novamente sob o domínio do outro, só que esse outro deixa de ser o marido/agressor e passa a ser o Estado. Ao estarem cindidas das suas existências, estas mulheres não conseguem habitar nenhum local, dentro ou fora da Casa-Abrigo.

Temos, portanto, num primeiro momento, a mulher inserida em um contexto que exige dela comportamento determinado, orientado pela sua historicidade, que idealiza a mulher como aquela que é esposa e mãe, sendo que na maioria das vezes esta idealização não condiz com suas realidades e desejos. Ao se depararem com situações de violência e ameaça de morte rompem com os projetos do impessoal e buscam nas instituições de proteção um meio para construir algo próprio e singular.

Neste segundo momento, que se refere ao abrigamento, as mulheres se encontram em um local que se propõe a protegê-las, mas, para isso as aprisionam e as coisificam. A separação brusca da mulher com seus contextos de origens as paralisam, sem que possam construir suas existências e, portanto, habitar suas vidas.

Esses dois momentos são importantes de serem descritos, pois, eles se articulam para compreendermos quais os sentidos que são construídos por estas mulheres no pós-abrigamento, objetivo do nosso estudo, que serão apresentados no próximo tópico.

4.5 - Pós-abrigamento e o Cuidado heideggeriano

Como vimos ainda nos capítulos introdutórios deste trabalho, as leis e as instituições legais estiveram muitas vezes afinada aos valores de sua época. Isso significa que estavam atendendo aos interesses de quem detinha o poder, não necessariamente aos interesses de quem precisava da sua proteção. Dessa forma, reproduziram e sustentaram a ideia do homem superior e da mulher com menos valor.

Apesar de muito já ter sido conquistado pela luta das mulheres, a legislação vigente, e principalmente a forma como ela se dá na prática, ainda precisa avançar. E na fala de Débora e Nísia, as críticas às leis, sua efetivação e os equipamentos da rede de proteção aparecem em diversos momentos como no exemplo abaixo, e expõem o sentimento de descrença na justiça durante o pós-abrigamento:

“A justiça é falha, a justiça infelizmente chega o dinheiro é o que vale. Chega com três mil, quatro mil, pronto, no outro dia está solto. E do que adianta um negócio desses?” (Débora).

“A justiça faz muita coisa, mas nem, assim, não dá jeito a muita coisa. Não dá jeito! Porque ele (o agressor) recebeu, muitas vezes a medida protetiva, ele teve e nunca obedece, descumpre. E a justiça é lenta, muito lenta.” (Débora).

Essa descrença na política de proteção e as falhas dentro da execução da lei, presentes na fala de Débora e Nísia, denunciam que a mulher continua em risco mesmo após o abrigo. Ao contrário do que se imagina, nem sempre as ações legais são suficientes para reestabelecer condições adequadas de segurança para elas saírem da Casa-Abrigo. Para as

participantes desta pesquisa foi o que aconteceu, saíram do abrigo e se depararam com as mesmas condições de antes, como pode ser visto a seguir:

“Não era uma medida protetiva que poderia fazer com que ele não me matasse. Se ele quisesse, ele me matava, porque quantos e quantos casos a gente vê aí, tem a medida protetiva, tem o auxílio, mas, não é o suficiente. Porque você sabe que eu tive que voltar pra sociedade, tive que voltar para o trabalho, e o meio ali era favorável.” (Nísia).

“Eu acho que não está adiantando esse negócio da Maria da Penha. Dá uma ajuda? Dá! Não vou dizer que não dá, porque eles têm um pouco de medo. Porque sempre eles matam, não tem jeito. Quando eles não matam antes de ser preso, eles matam depois. Tanto faz ele ser preso como não ser preso.” (Débora).

Quando as mulheres continuam sendo ameaçadas e não conseguem ser protegidas através dos próprios recursos ou dos mecanismos legais que existem, o que acontece para que elas possam garantir suas vidas? No caso de Nísia e Débora, o caminho possível para elas, foi retornar a conviver com seus agressores. Permanecer na relação de violência não é motivado por sentimentos amorosos, mas porque temem por suas vidas e se sentem vulneráveis, como nos diz Débora:

“Nessa peleja eu tentei sair dele desde 2012 ou 2011 por aí, quando eu fui abrigada já tentei sair dele, mas eu não consigo, não consigo, eu tenho muito medo dele. O que me pega é o medo, o medo está tomando conta de mim.” (Débora).

“Não tenho amor mais por ele, não tenho mais amor a ele, vivo por viver, porque ele não me deixa em paz.” (Débora).

Retornar para a relação amoroso com seu agressor é comumente associada à fraqueza da mulher e falta de amor-próprio, entre outros termos usados pelo senso comum. Esses adjetivos responsabilizam a mulher pela violência que ela sofre e encobre toda a complexidade da questão. Como já vimos no relato de Débora, sair do primeiro casamento foi

totalmente diferente de sair do segundo, pois, vários fatores estão ali em jogo que não estão ao alcance da mulher controlar.

Muitas vezes, os profissionais que estão à frente da assistência reproduzem o discurso da responsabilização das mulheres, partindo do preceito de que elas são livres para escolher, e se assim o fazem, é porque desejam. Concordamos que o *Dasein* é ontologicamente livre pra realizar suas escolhas, mas isso não significa que suas as escolhas não se relacionem com as possibilidades disponíveis no seu horizonte.

Para Heidegger (1927/2005) as possibilidades do *ser-aí* se dão onticamente dentro de um recorte, a partir de sua facticidade, que são as condições concretas de vida do *Dasein*. A mulher por estar inserida num contexto que restringe suas possibilidades, como já apresentado aqui, terá escolhas ônticas que estão coerentes com estas restrições.

Além disso, por seu caráter de abertura e sempre envolvido numa disposição afetiva, ele irá responder às situações que lhe vêm ao encontro de maneira indeterminada. A situação de Débora, que foi abrigada duas vezes, em momentos de vida distintos, ilustra como a mesma mulher pode se posicionar de forma diversa, frente à situação de violência, quando suas configurações mudam. Dessa forma, a posição que a mulher assume frente à violência é de extrema importância, mas, não deve ser considerado o único fator responsável para findar uma relação de violência, como vemos na fala de Débora:

“Eu sempre venho aqui (no centro de referência) e faço acompanhamento, já fui a três grupos aqui. Mas até aqui ainda não funcionou, não funcionou. Porque elas (os profissionais) querem que eu o enfrente. Não é fisicamente, porque violência gera violência. Eu tenho que ter uma atitude de dizer assim, eu não quero e acabou. Mas se fosse assim, do jeito que a pessoa diz, era muito bom (...). Elas querem que eu tenha a voz que eu não tenho.”

Na fala acima, além da responsabilização da mulher pela continuidade da violência, o posicionamento dos profissionais referidos nos sinaliza outro problema frequente na atuação

daqueles responsáveis por essa assistência. Ela nos revela a crença de que só existe um caminho esperado pela equipe que acompanha a mulher em situação de violência, que é o do rompimento. Essa postura desconsidera a trama de sentidos e a singularidade que perpassam a história de cada mulher, que se constitui em um mundo onde o casamento é visto como condição para felicidade. Além disso, a orientação que Débora recebe é que o rompimento deve acontecer de acordo com as orientações daqueles profissionais que detêm o conhecimento, ou seja, a partir de uma atitude natural baseada em verdades estabelecidas aprioristicamente, como está presente na fala de Débora a seguir:

“Já tinha partido, pegado a casa, vendido, dividido e já tinha dado a parte dele, pra ele me deixar em paz, está entendendo? Já fui abrigada, já sai da minha casa pra pagar aluguel pra ver se me vejo livre. De toda maneira eu faço, a Justiça sabe que eu faço, alguma coisa eu faço, o que ela me orienta eu faço. Agora o que elas querem que eu faça também é ter uma voz, pra que eu enfrente ele, só que eu não tenho essa voz.” (Débora).

Débora tem uma voz, só que ela não é ouvida, essa é a voz feminina. Diante de tanto silenciar a sua voz, nem a própria Débora consegue ouvi-la e, por não ouvi-la, entende que não a possui. Se como mulher somos silenciadas, como podemos ouvir a voz da nossa experiência, dos sentidos que construímos para nossas vidas e como comunicar isso ao outro? Débora nos sinaliza também que não é ouvida pelo seu agressor quando não respeita os limites que ela tenta estabelecer com ele e muitas vezes, também não é ouvida pelos profissionais que são responsáveis por acompanhá-la. Na ansiedade de por fim aos sofrimentos dela, a voz destes profissionais fala mais alto e reproduz preconceitos e idealizações sobre como a mulher deve agir em relação a elas e a relação de violência.

Essa é um modo de se relacionar com o outro que Heidegger vai definir como cuidado substitutivo, nesse modo, é possível decidir e fazer pelo outro. Assim, as mulheres atendidas não encontram espaço na relação com estes profissionais para lidarem com as decisões sobre

suas vidas e os desdobramentos delas. No meio desse jogo de interesses, entre os seus próprios interesses; os da sua família e amigos, e dos profissionais, a mulher em situação de violência se sente mais julgada do que acolhida. Esse sentimento de inadequação está bastante presente na fala de Nísia quando ela nos diz:

“Eu vou tentar conviver com isso (reconciliação com o agressor) embora a sociedade não aceite e me recrimine. E me recriminava quando eu não estava com ele porque eu o estava traindo, eu estava com outra pessoa, (...) E me recriminam agora porque eu voltei.” (Nísia).

Na fala acima, Nísia nos traz que para a mulher em situação de violência, não há uma escolha mais fácil do que outra, pois qualquer posição que ela tomar, em algum aspecto, estará carregada de crítica e desaprovação. Assim como Geni, da música de Chico Buarque que inicia este capítulo, não importa que ela tente atender as expectativas dos outros e faça aquilo que lhe pedem, ela continuará sendo “mal-dita”, continuará a receber pedradas e a ter sua voz silenciada.

Diante dessa configuração, Débora e Nísia escolhem, a partir das suas possibilidades, voltar a conviver com o agressor. Porém, os sentidos desta escolha não mais se articulam com o impessoal, ou seja, com a expectativa de viver um amor de contos de fadas. No pós-abrigamento, esta escolha se relaciona com o possível, acontece diante da falta de apoio, da falta de recursos pessoais e legais, restrições de possibilidades num horizonte que priva a mulher de ocupar determinados espaços e de uma ameaça concreta as suas vidas, ou seja, continua desalojada.

Continuar com o agressor não deve ser entendido como fácil, nem como uma desistência de sair da situação de violência, portanto, não se deve encerrar o trabalho de assistência no pós-abrigamento, pois, é justamente pelo contexto de violência no qual a mulher continua inserida que se justifica a continuidade do seu acompanhamento. Nas falas

de Débora está presente o quanto esta é uma situação mobilizadora e, portanto, precisa de espaço para ser acolhida:

“Ele quer viver comigo à força, ele está me matando aos poucos.” (Débora).

“A gente não vive, vegeta. E é assim que eu me sinto: não vivo, vegeto!” (Débora).

Preservar a vida da mulher sem propiciar condições concretas para que elas saiam da Casa-Abrigo é entendido como vegetar, palavra esta que vêm de vegetais, ou seja, aqueles que possuem vida, mas não existências. Por isso a importância da assistência a essas mulheres após o abrigamento, inclusive para aquelas mulheres que também decidiram retornar para os seus agressores. Atender as mulheres a partir dessa condição põe em questão o posicionamento dos profissionais que colocam como central, na sua atuação, a questão das mulheres no pós-abrigamento estarem ou não convivendo com seus agressores, como se não houvesse mais nada a ser feito porque elas escolheram retornar para uma relação violenta.

Ao cobrar da mulher que ela tenha uma voz, uma atitude específica frente à situação de violência é pedir que elas usem um recursos que elas não se sentem preparadas para usar e além disso, as responsabilizam pela continuidade da violência. As mulheres, em contrapartida, ao conhecerem o posicionamento da equipe se sentem envergonhadas para continuarem sendo acompanhadas lá, pois, falharam em atingir o objetivo traçado de rompimento da relação de violência.

Apesar de estarem novamente convivendo com seus agressores, as mulheres percebem, que o abrigamento e o contato com os profissionais trouxe sim uma transformação nas suas posições em relação a situação de violência com seus companheiros amoroso, que a violência não deve ser perpetuada como nos mostra a fala de Nísia:

“Se não der certo ele está avisado, não hesitarei em prestar queixa novamente, em ir atrás dos meus direitos de mulher, de questionar a você o que deve ser feito.” (Nísia).

“Ele não fazia nenhum serviço de casa e aí hoje ele faz (...). Ele limpa as coisas, passa pano, lava as coisas, acredito eu também que ele esteja tentando, já que ele disse que lutou tanto pra ter a família dele de volta, ele também tem que tentar, ele tem que fazer por onde, não só eu.” (Nísia).

Ao contrário do que as pessoas pensam comumente, estas mulheres não aceitam a violência passivamente, existe sim uma resistência da sua parte. No entanto, essa resistência acontece dentro das suas possibilidades, elas se posicionam sobre o que acontece e lutam suas batalhas com os recursos que possuem:

“Eu já botei a água no forno micro-ondas, quando estava fervendo eu tirei. Foi mesmo no dia que ele quis transar comigo à força, eu não aceitei. Ele pegou minha cama, do tamanho que é ele e levantou comigo, e jogou. (...) Aí eu cheguei, com a água e acordei ele e disse “olha, o Diabo mandou eu ferver, mas Deus não deixa eu fazer, porque não tenho coragem de fazer isso com tu (...). Nunca mais ele quis dormir na cama.” (Débora).

Essas falas parecem nos mostrar que apesar de estarem com seus agressores, elas ainda sofrem e resistem à violência, portanto o acompanhamento do profissional deve continuar no pós-abrigamento, mesmo que voltar para o agressor não seja a condição esperada por eles. O que deve ser refletido é o trabalho na assistência, voltado apenas à produção de efeitos determinados, dentro de certas margens de controle e previsibilidade.

Adotar uma visão mecanicista sobre o ser humano e suas relações, está coerente com o que Heidegger (1959/2007) vai chamar de Era da Técnica, onde predomina a ideia de causalidade, ou seja, que conhecendo e controlando os fatores que causam determinado fenômeno eu terei acesso e controle sobre seus efeitos. Para essa forma de entender o mundo, se temos acesso às causas da violência, podemos interferir nesse fenômeno com o objetivo de controlá-lo, e ao exercer esse controle, ser eficiente.

Essa forma de pensar o trabalho dos profissionais desta área, dentre eles o psicólogo, o advogado e a assistente social, diz respeito ao ideal cientificista da modernidade que se faz presente na formação de diversos profissionais, inclusive dentro do projeto da psicologia aplicada com fins pragmáticos. Para Sá (2009) as atuais vivências de sofrimento estão, cada vez mais, relacionadas ao nivelamento histórico dos sentidos ao que se enquadra no projeto global de controle, exploração e consumo. Portanto para que o trabalho destes profissionais possa se constituir em um espaço de cuidado e abertura a outros modos de existir, ela não pode permanecer acriticamente subordinada a esse mesmo horizonte histórico de redução de sentido.

Na assistência as estas mulheres, independente do profissional responsável, acreditamos que é possível oferecer uma escuta que se sustenta na acolhida a essa demanda de sofrimento que está atualmente sem lugar. Como proposto por Dutra (2004) acolher é “considerar as subjetividades como constituindo-se num mundo em que as dimensões históricas, sociais e culturais exercem o seu papel no processo de subjetivação.” (P.385).

O trabalho com estas mulheres, que se pauta em expectativas pré-determinadas sobre como a mulher deve ser e agir, cristaliza a mulher novamente e encontra pouca adesão. Outros projetos podem ser construídos com elas, mesmo que ainda estejam com seu agressor. O profissional pode pensar sua atuação a partir do que Heidegger vai chamar de cuidado antepositivo, se colocando junto a estas mulheres para pensarem os seus projetos, para além de estar ou não numa relação amorosa com violência.

Durante as entrevistas, mesmo assumindo que voltaram a se relacionar com seus agressores, foi possível ouvir também que essas mulheres possuem projetos futuros, que continuam a pensar suas vidas livre de uma situação de violência, como podemos ver abaixo:

“Eu quero minha liberdade, era só isso que eu queria, minha liberdade.” (Débora).

“Aí eu estou me organizando financeiramente novamente pra que eu não dependa dele pra pagar a faculdade, que eu consiga pagar a faculdade com meu trabalho e que ele não me indague mais uma coisa. Eu estou me organizando pra se Deus quiser próximo ano que vem eu volte pra terminar. E se eu não conseguir terminar eu vou fazer outra, outra área, mas eu vou fazer outra, porque eu acho que a gente nunca deve parar. Nunca é tarde pra recomeçar, né?” (Nísia).

Uma possibilidade de atuação nesse momento é permitir que elas se de-morem nesses projetos e que ao construí-los elas possam habitar a própria existência. O psicólogo ou qualquer outro profissional que se relacionem no modo de cuidado que se antepõe não está preocupado apenas se mulheres em situação de violência estejam sob o mesmo teto do agressor, pois, no cuidado com estas mulheres, seu trabalho acontecerá na abertura de caminhos, restabelecendo o movimento, como acontecer. Como nos diz Feijoo (2015), sobre a atuação do psicólogo amparado na fenomenologia heideggeriana, “deixando que a situação em que ele se encontra apareça para ele, de modo que diante disso, ele possa decidir-se, ou seja, transformar-se.” (p. 29).

No entanto, oferecer uma assistência às mulheres em situação de violência que acolha toda sua existência, não deve ser entendido como uma atitude técnica. Não adianta utilizar essa discussão esperando que com isso se obtenha resultados pré-determinados. A fenomenologia de Heidegger se apresenta como um caminho de reflexão para a mulher em situação de violência e a assistência oferecida a ela, pois, não é pretensão aqui colocar a fenomenologia num patamar de superioridade enquanto corrente ou abordagem filosófica ou psicológica, mas refletir sobre essa assistência que reproduz nas suas relações o mundo da técnica e da produção.

De toda forma, ao tecer essas reflexões, não desconsideramos o contexto precário que se encontra hoje a assistência social no Brasil, que reflete o pouco investimento e interesse

dos atuais governantes ao lidar com as desigualdades sociais, entre elas a violência contra a mulher. Somente a mudança de postura dos profissionais não será suficiente para o enfrentamento da violência. Da mesma maneira, não adianta multiplicarmos os recursos e a quantidade de Casas-Abrigo e Centros de Referência sem refletirmos que esta é uma política de proteção que não comporta os projetos reais das mulheres que precisam dela, que abrigam as mulheres como coisas, sem espaço para suas existências e que reproduzem a objetificação da mulher. E após encerrar o período de abrigamento, a proteção a estas mulheres não acontece de forma continuada, elas retornam para o contexto de violência que elas denunciaram com poucos recursos e encontram as mesmas configurações que inferiorizam a condição feminina de todas as formas.

Capítulo 5 - Considerações finais

“Condenar-me-ão sem piedade como uma mulher que somente tem paradoxos a oferecer e não problemas fáceis de serem resolvidos.”

Joan Scott

A diminuição da violência contra a mulher requer que uma sociedade reconheça a igualdade entre homens e mulheres não apenas no papel, mas dentro das relações e nos espaços públicos. Pode parecer um conceito simples e no qual a maioria concordaria inicialmente, mas quando essa noção de igualdade precisa ser executada, quando ela se expressa em mudanças concretas causa incômodo em todos que perdem seus privilégios e que precisam se adaptar a novas configurações.

Falar sobre a condição da mulher atualmente é falar sobre um problema difícil de ser resolvido, já que está relacionada com diversos fatores e mesmo com toda sua consequência negativa, está afinada aos interesses dominantes de nossa época, que objetifica o outro. Todavia, buscamos chamar atenção para a consolidação dos direitos humanos das mulheres, e que estes não se devem ater apenas ao combate à violência, mas ao exercício de todos os direitos, sejam eles civis, políticos, econômicos, sociais ou culturais. Isso porque, as desigualdades entre homens e mulheres construíram ao longo da história condições que submetem e inferiorizam a mulher em diversas áreas.

Para desenraizar os valores machistas e patriarcais que cercam os atos de violência contra a mulher é necessário reconstruir as concepções vigentes sobre ser homem e ser mulher, assim como, as relações simbólicas entre os gêneros, pois estas concepções influenciam diretamente a criação e manutenção das políticas de proteção à mulher.

Por não se tratarem de conquistas permanentes, as políticas de proteção às mulheres recebem ataques recorrentemente, o que dificulta o combate das situações de violência. Temos uma rede que ainda não consegue atender à crescente demanda e que devido os cortes orçamentários se torna cada vez mais sucateada, funcionando de forma incompleta e com poucos recursos e, isto irá impactar diretamente com a forma como as mulheres lidam com a violência, pois quanto menos apoio e recursos, mais difícil se torna romper com este fenômeno.

Com recursos ainda frágeis, as políticas de abrigo acolhem aquelas com risco iminente de morte, mas, não conseguem abrigar toda a sua existência. Na tentativa de garantir a vida da mulher, oferecem a essas mulheres um espaço de proteção, mas também que as aprisiona. Para as mulheres que estão saindo de um relacionamento que traz como características o ciúme e o controle, ser abrigada em um local que também lhes tira a liberdade, lhes priva do contato com o mundo, é desalojador.

A manutenção da vida é importante, mas, tomá-la apenas como um parâmetro objetivo, como algo que precisa continuar respirando, sem considerar a existência delas é considerar estas mulheres como objetos, coisas. Ao não considerarmos a mulher com toda sua existência, estaremos reproduzindo institucionalmente e nas relações que estabelecemos como profissionais inseridos no contexto da assistência, o mesmo cuidado que substitui o outro, que decide pelo outro, que tutela a mulher.

No pós-abrigo, a mulher retorna para condições que continuam a cobrar que ela exerça os mesmos papéis idealizados de dona de casa, mãe e esposa. Só que agora elas estão acompanhadas do medo de sofrer retaliações por terem denunciado a violência, pois, mesmo com as medidas protetivas da Lei Maria da Penha os agressores continuam a controlar suas vidas, esse controle se dá muitas vezes com o apoio da família e dos amigos das mulheres, o que acentua ainda mais o sentimento de solidão e desamparo delas.

Diante desse contexto restrito e de ameaças as suas vidas, elas retornam para o convívio com seus agressores, a partir de diversas motivações. Porém, para a maioria das pessoas ao seu redor, esse retorno é visto como fraqueza, ou masoquismo das mulheres. As perpetuações de ideias assim agravam o isolamento da mulher em situação de violência e as afasta ainda mais de procurar ajuda.

Reproduzir essa ideia, de que mulher apanha porque gosta, após o retorno para o seu agressor, é acreditar numa visão simplista da violência, de que a mulher é a única responsável pela manutenção desse ciclo. Da mesma forma, não depende exclusivamente do trabalho de um profissional ou saber de uma área do conhecimento. Por isso, os profissionais devem estar atentos a determinadas orientações que reproduzem a ideia de um passo-a-passo, que somando determinados fatores, todas as mulheres conseguirão sair da violência e se não conseguiram é porque elas não são fortes o suficiente e desejam continuar apanhando.

O que percebemos com as participantes desta pesquisa é que elas continuam buscando melhores condições de vidas após o retorno com seus agressores. Portanto, é extremamente importante oferecer um espaço no pós-abrigamento para que elas possam continuar construindo seus projetos, sem se sentirem envergonhadas por isso.

Não é objetivo aqui propor estratégias que eliminem o problema da violência contra a mulher, pois compreendemos que esta não é uma tarefa fácil. Porém, a tarefa de problematizar e lançar luz sobre esta temática também não deve ser abandonada. Partindo disso, foi possível neste trabalho, além de por em destaque um momento com pouca visibilidade e a experiência das mulheres no pós-abrigamento, refletir sobre a assistência oferecida pelos profissionais desta área.

E a partir da fenomenologia, pensar uma assistência onde os profissionais possam se relacionar com as mulheres em situação de violência sem reproduzir um cuidado que as substituam e as coisifiquem, mas sim que devolva a elas suas tutelas, favorecendo para que

elas possam decidir sobre suas vidas e construir seus projetos, habitando suas existências. Porém, por não ter podido ouvir os profissionais de maneira tão aprofundando quanto as participantes desta pesquisa, os aspectos relacionados ao manejo daqueles que trabalham com esta temática não pode ser investigado a fundo, assim como pensar a formação e capacitação deles. O que pode ficar como sugestão para o desenvolvimento de futuros estudo nessa área.

Como pesquisadora e mulher poder me aproximar da experiência de outras mulheres que, mesmo em situações de violência e intenso sofrimento se apresentaram com tanta força e energia durante as entrevistas, me fortalece para continuar lidando com uma temática difícil de ser resolvida. Enquanto lutamos ideologicamente e politicamente na academia e em outros espaços pela produção de conhecimento que beneficiem todas as mulheres, as participantes desta pesquisa lutam diariamente, de forma cotidiana, para manter suas vidas e suas existências de forma digna. Foi um privilégio poder ouvi-las e espero que tenha podido transmitir o impacto que as suas narrativas me causaram no desenvolvimento deste trabalho e que este impacto possa reverberar e promover rachaduras nessa forma cristalizada de existir como mulher que compartilhamos no nosso horizonte.

Referências

- Accetta, M. F. de F. (2015). Clínica, espelhamento e ipseidade: trajetória de um processo compreensivo. In A. M. L. C. Feijoo & M. M. Protasio (Orgs.), *Situações Clínicas I: Análise Fenomenológica dos Discursos Clínicos* (pp.131-163). Rio de Janeiro: IFEN.
- Albuquerque, Z. (2011). *As Ações Educativas na Casa-Abrigo para as Mulheres em situação de Violência em São Luís/MA*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Maranhão, São Luís). Recuperado de <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/184>
- Almeida, R. de. (2017). A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, (50), e175001. <https://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500001>
- Alves, B. M., & Pitanguy, J. (1985). *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense.
- Amorim, E. R. A., & Barros, A. M. (2014). *A casa-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e os direitos humanos*. VIII Encontro da ANDHEP - políticas públicas para a segurança pública e direitos humanos, São Paulo.
- Azevedo, A. K. S. (2013). *Não Há Você sem Mim: Histórias de Mulheres Sobreviventes de uma Tentativa de Homicídio*. (Tese de Doutorado Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17399>

Beauvoir, S. (1970). *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Bueno, F. da S. (1963-67). *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa: vocabulários, expressões da língua geral e científica-sinônimos contribuições do tupi-guarani*. São Paulo: Saraiva.

Catão, C. G. B. (2016). *A experiência de sofrimento em estudantes de ciências e tecnologia da UFRN sob o enfoque fenomenológico-existencial* (Tese de Doutorado Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988, 5 de outubro). Recuperado em 24 de outubro, 2014, de: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/>

Cortês, I. R., & Matos, M. C. (2007). *Lei Maria da Penha: Do papel para a vida*. Brasília: CFEMEA.

Critelli, D. M. (1996). *Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. São Paulo: Educ/Brasiliense.

Dutra, E. (2002). A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. *Estudos de Psicologia* (Natal), 7(2), 371-378. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200018>

- Dutra, E. (2004). Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. *Estudos de Psicologia* (Natal), 9(2), 381-387. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2004000200021>
- Escórcio, M. L. (2016). “O sertão é um mundo” - uma aproximação fenomenológica dos modos de ser-no-mundo de sertanejos do semiárido nordestino. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23376>.
- Evangelista, P. E. R. A. (2016). *Psicologia fenomenológica existencial: a prática psicológica à luz de Heidegger*. Curitiba: Juruá.
- Farias, M. N. de. (2009). A história das mulheres e as representações do feminino na história. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 924-925. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300021>
- Feijoo, A.M.L.C. (2015). Solidão, cristalização da identidade feminina e a clínica psicológica existencial. In A. M. L. C. Feijoo & M. M. Protasio (Orgs.), *Situações Clínicas I: Análise Fenomenológica dos Discursos Clínicos* (pp.17-43). Rio de Janeiro: IFEN.
- Ferreira, L. da S. M. (2009). Entre a fenomenologia e a hermenêutica: uma perspectiva em psicoterapia. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 15 (2), 143-148. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672009000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Frota, A. M. M. C. (2010). O rigor na pesquisa fenomenológica com Orientação heideggeriana. *Anais IV Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos - SIPEQ*. Universidade Estadual Paulista Campus Rio Claro, SP. Recuperado de <https://arquivo.sepq.org.br/IV-SIPEQ/Anais/artigos/11.pdf>

Gibbs, G. (2008). *Análise de Dados Qualitativos*. Porto Alegre, Artmed.

Gomes, F. E. S. (2016). *Os sentidos de habitar para pessoas em situação de rua: um olhar fenomenológico*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22547>

Hanada, H. (2007). *Os psicólogos e a assistência às mulheres em situação de violência*. (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-02062008-103651/pt-br.php>

Heidegger, M. (2002). Construir, Habitar, Pensar. In: *Ensaaios e Conferências* (pp. 125-141). (2ª ed., M. de S. Cavalcante Schuback, trad.). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1954).

Heidegger, M. (2005). *Ser e Tempo*, parte I. (15ª ed., M. de Sá Cavalcanti, trad.). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1927).

Heidegger, M. (2007). A questão da técnica. *Scientiae Studia*, 5 (3), 375-398. (Marco A. Werle, trad.). (Obra original publicada em 1959). Recuperado de www.periodicos.usp.br/ss/article/download/11117/12885

Heidegger, M. (2009). *Seminários de Zollikon*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Obra original publicada em 1987).

Heidegger, M. (2012). *Ensaaios e conferências*. (8ª ed.) Petrópolis, RJ: Vozes. (Obra original publicada em 1954).

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2016). *Atlas da violência*. Nota Técnica, março, 2016. Brasília. Recuperado em 03 de outubro, 2016, de http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27406

Jesus, M. P. A., & Ribeiro G. M. F. (2007). Considerações sobre o habitar cotidiano no pensamento de Martin Heidegger. Revista Eletrônica Existência e Arte, Ano III - Número III – janeiro a dezembro. Recuperado em 19 de abril, 2018, de https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/existenciaearte/Edicoes/3_Edicao/markin.pdf

King, M. L. (1991). A mulher do renascimento. In E. Garin (Org.). *O homem renascentista* (pp. 191-227). São Paulo: Presença.

Lage, L., & Nader, M.B. (2012). Violência contra a mulher – Da legitimação à condenação social. In C. B Pinsky, & Pedro, J. M. (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. (pp. 287-288). São Paulo: Contexto.

Lei do feminicídio. *Lei n. 13.104/ 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990.

Lei Maria da Penha. *Lei n. 11.340/2006*. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Lopes, M. J. F. (2012). De Pandora a Eva: fontes antigas da misoginia ocidental. *Revista Diacrítica*, 26(2), 490-511. Recuperado em 16 de fevereiro, 2018, de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672012000200028&lng=pt&tlng=pt.

Macêdo, S., & Caldas, M. T. (2011). Uma análise crítica sobre técnicas de pesquisa fenomenológica utilizadas em Psicologia Clínica. *Revista do NUFEN*, 3(1), 3-16. Recuperado em 13 de setembro, 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912011000100002&lng=pt&tlng=pt.

Magliano, F. da R., & Sá, R. N. de. (2015). Reflexões heideggerianas sobre técnica, liberdade e práticas psicológicas clínicas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(2), 19-32. Recuperado em 23 de junho, 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000200003&lng=pt&tlng=pt.

Martins, A. M. de O. (2013). O corpo feminino na Idade Média: um lugar de tentações. In J. V. Brás & M. N. Gonçalves (Orgs.). *O Corpo - Memória e identidade* (pp. 103-116). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

- Maux, A. A. B. (2008). *Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17413>
- Maux, A. A. B. (2014). *Masculinidade à prova: Um estudo de inspiração fenomenológico-existencial hermenêutico sobre a infertilidade masculina*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17403>
- Ministério Público de São Paulo. (2018). *Raio X do Feminicídio em São Paulo: É possível evitar a morte*. Recuperado de: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Nucleo_de_Genero/Feminicidio/2018%20-%20RAIOX%20do%20FEMINICIDIO%20pdf.pdf
- Missaggia, J. (2012). A hermenêutica em Heidegger e Gadamer: algumas confluências e divergências. *Griot: Revista de Filosofia*, 6(2), 1-13. <https://doi.org/10.31977/grirfi.v6i2.531>
- Moreira, V., Boris, G. D. J., & Venâncio, N. (2011). O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. *Psicologia & Sociedade*; 23 (2): 398-406. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a21v23n2.pdf>
- Muniz, D. do C. G. (2017). As feridas abertas da violência contra as mulheres no Brasil: estupro, assassinato e feminicídio. In C. Stevens, S. Oliveira, V. Zanello, E. Silva, & C. Portela. (2017). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik,

Recuperado em 20 de abril, 2018 de <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%A2ncias-interseccionalidades.pdf>

Muraro, R. M. (2001). Acerca do conceito de gênero. In R. M. Muraro & A. B., Puppim. (Orgs.), *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; FAPERJ.

OBVIO - Observatório da Violência Letal Intencional do Rio Grande do Norte (2017). *Boletim especial mortes de mulheres*. 4º Boletim Especial OBVIO, Ano II, 2017. Instituto de Pesquisa da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Recuperado de https://issuu.com/iveniodiebhermes/docs/obvio_20femic_c3_8ddios_20ed_2004

Oliveira, A. K. C. M. C. (2011). Histórico, produção e aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340/2006 (Monografia, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados) Recuperado de: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/8429>

Oliveira, E. – Portal G1 (2016, 03 de agosto). *G1 reúne mais de 4 mil notícias de violência contra a mulher em 10 anos*. Recuperado dia 01 de maio, 2017, em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/08/g1-reune-mais-de-4-mil-noticias-de-violencia-contramulher-em-10-anos.html>

Oliveira, M. E. R. A., Oliveira, C. N., & Mendonça, M. S. S. (2011). A experiência sobre rede de proteção contra violência de gênero em Aracaju. Anais do II Seminário internacional enlaçando sexualidades Direito, Relações Etnorraciais, Educação, Trabalho, Reprodução, Diversidade Sexual, Comunicação e Cultura. Universidade do Estado da Bahia.

Recuperado em 13 de setembro, 2015, de
<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2012/04/A-EXPERIENCIA-SOBRE-REDE-DE-PROTECAO-CONTRA-VIOLENCIA-DE-GENERO.pdf>

Organização Mundial de Saúde – OMS. (2013). *Global and regional estimates of violence against women prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*. Geneva: World Health Organization. Recuperado em 28 de outubro, 2014, de
http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/85239/1/9789241564625_eng.pdf

Pasinato, W. (2010). Lei Maria da Penha: novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? *Civitas*, 10(2), pp. 216-232. Recuperado de
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/6484>

Pasinato, W. (2015). Oito anos de Lei Maria da Penha: Entre avanços, obstáculos e desafios. *Revista Estudos Feministas*, 23(2), 533-545. <https://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p533>

Pasinato, W., & Santos, C. M. (2008). *Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil*. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Universidade Estadual de Campinas PAGU/UNICAMP. Recuperado de
<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mapeamento-das-delegacias-da-mulher-no-brasil>

Pinsky, C. B. (2012). A era dos modelos flexíveis. C. Pinsky & J. Pedro (Orgs.) *Nova história das mulheres no Brasil*. (pp. 513-543). São Paulo: Contexto.

- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 15-23. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>
- Porto, M. (2008). Intervenção psicológica em abrigo para mulheres em situação de violência: uma experiência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(3), 369-374. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722008000300014>
- Prefeitura Municipal do Natal. (2016, 18 de fevereiro). *Agentes das DEAMs participam de oficina promovida pela Semul*. Recuperado em 06 de setembro, 2016, de <https://natal.rn.gov.br/noticia/ntc-23566.html>
- Rebouças, M. S. S. (2010). *O aborto provocado como uma possibilidade na existência da mulher: reflexões fenomenológico-existenciais*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17463>
- Rodrigues, M. T. (2004). O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão. *Sociedade e Estado*, 19(1), p. 151-172. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922004000100007>
- Sá, R. N. (2015). Hermenêutica Fenomenológica da experiência de si mesmo e psicoterapia. In A. M. L. C. Feijoo & M. M. Protasio (Orgs.), *Situações Clínicas I: Análise Fenomenológica dos Discursos Clínicos* (pp.45-65). Rio de Janeiro: IFEN.

- Sá, R. N. de, Mattar, C. M., & Rodrigues, J. T. (2006). Solidão e relações afetivas na era da técnica. *Revista do Departamento de Psicologia*. UFF, 18(2), 111-124. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-80232006000200009>
- Saffioti, H. I. B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4), 82-91. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400009>
- Sakhonchik, A., Recavarren, I. S. & Tavares, P. (2017). *Fechando a brecha: melhorando as leis de proteção à mulher contra a violência*. Grupo Banco Mundial. Recuperado de <http://pubdocs.worldbank.org/en/200461519938665165/Topic-Note-Protecting-Women-from-Violence-POR.pdf>
- Santos, A.C., Farias, D. T. M., Pereira, R. F. S., & Barros, A. (2014). A violência contra a mulher e o mito do amor romântico. *Cadernos de graduação - Ciências humanas e sociais*, 2 (2), 105-120. Recuperado de <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/download/1810/1065>
- Santos, D. de G. & Sá, R. N. de. (2013). A existência como "cuidado": elaborações fenomenológicas sobre a psicoterapia na contemporaneidade. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 19(1), 53-59. Recuperado em 17 de maio , 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672013000100007&lng=pt&tlng=pt
- Santos, S. M. de M. dos, & Oliveira, L. (2010). Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Revista Katálisis*, 13(1), 11-19. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802010000100002>

- Saramago, L. (2011). Entre a Terra e o Céu: a questão do habitar em Heidegger. *O que nos faz pensar*, 20(30), 73-83. Recuperado de http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_30_5_ligia_saramago.pdf
- Schmitt-Pantel, P. (2003). A criação da mulher: um artilho para a história das mulheres? In: M. I. Matos., & R. Soihet (Orgs.) *O corpo feminino em debate*. (pp. 129-156). São Paulo: Editora UNESP.
- Secretaria de Políticas para as Mulheres. (2006). *Norma técnica de uniformização - centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência*. Brasília: Presidência da República. Recuperado em 18 de novembro, 2015, de <http://www.spm.gov.br/assuntos/ouvidoria-da-mulher/pacto-nacional/norma-tecnica-centros-de-referencia.pdf>
- Secretaria de Políticas para as Mulheres. (2011a). *Política Nacional de Enfretamento à Violência Contra as Mulheres*. Brasília: Presidência da República. Recuperado em 07 de setembro, 2015, de <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>
- Secretaria de Políticas para as Mulheres. (2011b). *Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência*. Brasília: Presidência da República. Recuperado em 07 de setembro 2015, de <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/abrigamento>
- Secretaria de Políticas para as Mulheres. (2011c). *Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres*. Brasília: Presidência da República. Recuperado em 07 de setembro 2015, de

<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contras-as-mulheres>

Secretaria de Políticas para as Mulheres. (2015a). *Balanço semestral do ligue 180 (janeiro a junho/2015)*. Brasília: Presidência da República. Recuperado em 10 de novembro, 2015, de <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco1sem2015-versao-final.pdf>

Secretaria de Políticas para as Mulheres. (2015b). *Balanço ligue 180 – uma década de conquistas*. Brasília: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Recuperado em 01 de outubro, 2016, de <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180-10meses-1.pdf>

Stearns, P. N. (2007). *História das relações de gênero*. São Paulo: Contexto.

Strücker, B., & Maçalai, G. (2016). “Bela, recatada e do lar”: os novos desdobramentos da família patriarcal. *Anais do XIII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*. Universidade de Santa Cruz do Sul. Recuperado de <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15880/3777>

Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*, 39 (3), 507-514. Recuperado em 27 de janeiro, 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf>

Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da violência 2012 – Atualização: homicídios de mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: Flacso. Recuperado em 12 de setembro, 2015, de http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf

Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres. Recuperado de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

Zanatta, L. F., Grein, M. I., Álvarez-Dardet, C., Moraes, S. P. de, Brêtas, J. R da S., Ruiz-Cantero, M. T., & Roses, M. (2016). Igualdade de gênero: por que o Brasil vive retrocessos? *Cadernos de Saúde Pública*, 32(8), e00089616. Epub August 29, 2016. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00089616>

Zechlinski, B. P. (2007). A vida como ela é...: imagens do casamento e do amor em Nelson Rodrigues. *Cadernos Pagu*, (29), 399-428. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000200016>

Apêndice

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada Ser ex-abrigada: uma compreensão fenomenológica acerca da experiência das mulheres que passaram pela casa-abrigo clara camarão poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo, a pesquisadora Kadidja Suelen de Lucena Santos a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da Kadidja Suelen de Lucena Santos, e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Natal ____/____/____

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura e carimbo do pesquisador responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**Esclarecimentos**

Este é um convite para você participar da pesquisa: Ser ex-abrigada: uma compreensão fenomenológica acerca da experiência das mulheres que passaram pela casa-abrigo clara camarão, que tem como pesquisador responsável Kadidja Suelen de Lucena Santos. Esta pesquisa pretende compreender a experiência de mulheres que passaram por abrigo na Casa Clara Camarão a partir dos seus relatos. O motivo que nos leva a fazer este estudo é aumentar a compreensão desse tema devido sua importância.

Caso você decida participar, haverá um encontro individual com a pesquisadora, em que você conversará sobre a experiência pós-abrigo na Casa Clara Camarão, usando a entrevista como recurso, que poderá durar até 1 (uma) hora, podendo ser ampliada de acordo com seu desejo e disponibilidade para falar mais sobre o assunto. As conversas serão gravadas com o auxílio de um gravador de voz para facilitar a transcrição das falas e serão utilizadas somente para os fins dessa pesquisa. Para tanto, você precisará assinar uma autorização específica.

Durante a realização da entrevista a previsão de riscos é mínima, ou seja, o risco que você corre é semelhante àquele sentido num exame físico ou psicológico de rotina, porém o tema desta pesquisa se refere a um conteúdo delicado, então, é possível que a participação na entrevista provoque questionamentos sobre sua experiência em relação à violência sofrida e ao abrigo e consequente sofrimento relacionado a essa reflexão. No entanto, como psicóloga, posso oferecer suporte psicológico, caso necessite. Os benefícios de participar da pesquisa são indiretos, visto que a ampliação do conhecimento sobre a violência beneficia todos os envolvidos.

Em caso de algum problema que você possa ter, relacionado com a pesquisa, você terá direito a assistência gratuita que será prestada por mim ou por atendimento psicológico oferecido pelo Serviço de Psicologia Aplicada, SEPA – clínica escola de psicologia da UFRN.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para Kadidja Suelen de Lucena Santos, no telefone: (84) 9 9143-5961 ou (84) 9 8842-6955, email: kadidjasuelen@hotmail.com, ou para a orientadora da pesquisa Elza Maria do Socorro Dutra, no telefone: (84) 9924-4175 e email: elza_dutra@hotmail.com.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você. Os dados que você irá nos fornecer serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar. Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

_____ (rubrica do Participante/Responsável legal)

_____ (rubrica do Pesquisador)

Se você tiver algum gasto pela sua participação nessa pesquisa, ele será assumido pelo pesquisador e reembolsado para você. Se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.

Qualquer dúvida sobre a ética dessa pesquisa você deverá ligar para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, telefone 3215-3135.

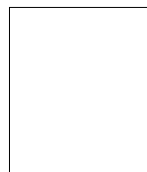
Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Kadidja Suelen de Lucena Santos.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa A experiência de mulheres que sofreram violência e passaram pelo abrigo na Casa Abrigo Clara Camarão, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Natal ____/____/____

Assinatura do participante da pesquisa



Impressão
datiloscópica do
participante

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo Ser ex-abrigada: uma compreensão fenomenológica acerca da experiência das mulheres que passaram pela casa-abrigo clara camarão, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido estarei infringindo as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Natal ____/____/____.

Assinatura do pesquisador responsável

Pergunta disparadora:

Como foi para você sair do abrigo e retomar seus projetos fora da casa-abrigo? Quais as repercussões dessa experiência?